

## Capítulo IV

### Cena introdutória ao passado transcendental dos saberes agrários brasileiros

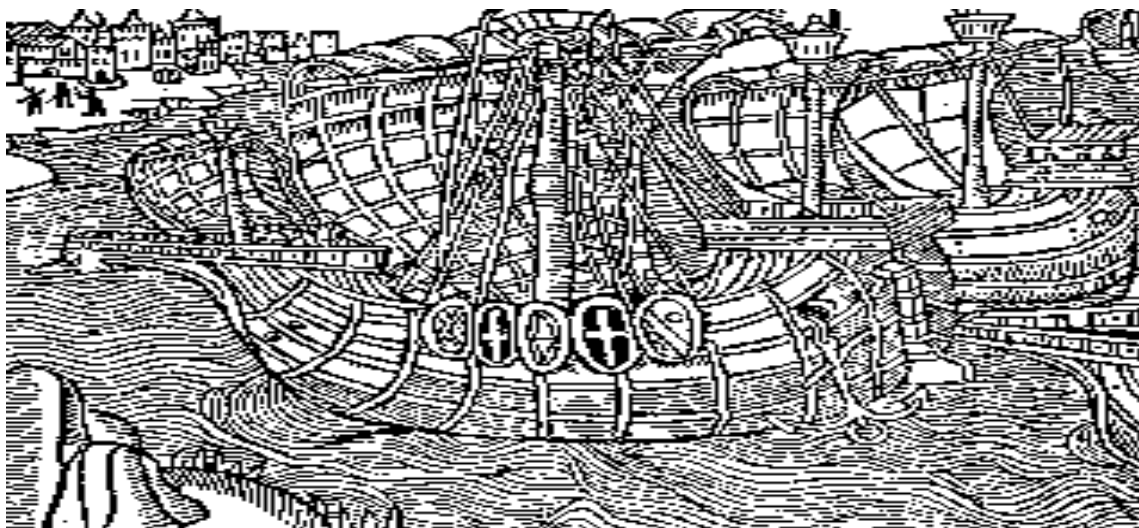


Figura 45. Nau do século XV.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Figura 45. Nau do Século XV (Gravura em madeira do tempo). In: Malheiro Dias, op. cit., p. VII.

## 4 Gênese

# Corte de Portugal

Paço da Casa da Mina



Jardim da Ribeira

D. Manuel: Rei de Portugal e

dos Algarves e

Senhor da Conquista, Navegação e Comércio

da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia

**Figura 46. Auto-de-fé no Terreiro do Paço<sup>2</sup>**

Lisboa, Paço da Casa da Mina. Aos sete dias do mês de Junho do Anno da Graça de Mil Quinhentos e Dezenove de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo e do Vigésimo Quinto da Assinatura do Tratado de Tordesilhas entre El-rei Nosso Senhor D. João, que foi deste reino o segundo de nome, com os Reis Católicos da Espanha<sup>3</sup>. Nesse dia, mesmo sendo apenas para estimular o apetite da memória e do bom senso da imaginação, idealizar-se-ia uma **Cerimônia-Sacramental ao Fidelíssimo D. Manuel** de conjectura criativa. Nela, certamente reunir-se-ia

*(...) homens da Junta dos Matemáticos, que durante um momento foram o cérebro das navegações portuguesas — o bispo Ortiz, o alemão Benhaim, os judeus Mestre Rodrigo e Mestre José, o físico Mestre Felipe, mais tarde lente de astronomia na Universidade de Lisboa. (Cf. Dantas Apud Dias e Vasconcelos, 1921, p. 7)*

Além desses, estariam presentes ainda nessa imaginária reunião virtuais cronistas e cartógrafos cortesãos, tanto os permanentes, quanto os contingentes, uma vez que (...) *lá esses senhores,/ e todos seus servidores/ todos eram dû conselho* (Garcia de Resende, *Cancioneiro geral*, t. IV, p. 27) da Corte de Portugal. Entre os cartógrafos estariam Lopo Homem e os irmãos Reineis para, supostamente entregar ao rei D. Manuel um fragmento da sua obra mais recente, do mapa *Terra Brasilis*. Mas é preciso neste primeiro item, dizer que essa *Cena* significa apenas uma epígrafe, mote imaginado pelo o autor deste ensaio. Portanto, se trata de uma combinação de imaginação, mas baseada em fatos reais apresentados pelas fontes testemunhos consultadas, mesmo porque não foi encontrado nenhum tipo de documento que discorresse sobre a realização da cerimônia ideada. E por causa disso, imagina-se esta hipotética crônica visto que naquele dia, mês e ano completavam-se vinte e cinco anos de Assinatura do Tratado de Tordesilhas.

<sup>2</sup> Figura 46. Auto-de-fé no Terreiro do Paço. Gravura do Arquivo do Museu da Cidade de Lisboa. In: SARAIVA, 1993, p. 186. Referência completa na bibliografia.

<sup>3</sup> Este primeiro parágrafo baseou-se na seleção de estilos de vários cronistas da Corte de Portugal e do período analisado neste estudado.

Ainda naquele mesmo ano, aparecia o mapa Terra Brasilis. Nesse processo, a *nave da exegese* que **começa a sua viagem no primeiro capítulo deste livro**, cruza o seu primeiro hemisfério e estancia neste capítulo, **para se livrar de parte do sentido do discurso das fontes testemunhos referidas no capítulo anterior, em especial daquelas** que descrevem fenômenos que ajudarão a imaginar o presente capítulo. Estas são uma pequena parte das obras de poetas, cronistas e romancistas, entre as quais estão *Os Lusíadas* de Camões, ou as do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Rezende, visto que ambas têm a mesma historicidade e o mesmo caráter testemunhal, além de se referir a situações específicas ao tema em estudo. As demais, como as de Saramago, Agostina Bessa-Luís, Fernando Pessoa e outros poetas e romancistas, não obstante todos eles estejam narrando fatos similares com os dos autores acima citados, o fazem de forma meramente imaginária e criativa, embora tenham como ponto de partida situações históricas concretas.

A bem da verdade, esta segunda categoria de fontes tem um grau de valor complementar, mas difere, em seu valor hermenêutico ou semântico, quanto à interpretação do discurso, um grau de importâncias igual a de um documento de época ou aos dos inúmeros estudos históricos (não importa se críticos ou apologéticos) desenvolvidos ao longo do tempo sobre a problemática em discussão. Assim, este esclarecimento deve ser considerado ainda, no que se refere às fontes testemunhos iconográficas utilizadas neste estudo. Mediante a análise do discurso das referidas fontes, pode-se observar que está se tratando aqui de um estudo, o qual mantém uma estreita vinculação com a história social das idéias. Isto porque, o seu foco principal não é obter de novo a complexidade do passado, mas apenas poder identificar como no pensamento das classes dirigentes da *emergente* nação portuguesa, concebia o compromisso com os saberes agrários, especialmente os referentes à organização da produção camponesa.

## 4.1 Do discurso ao contexto da época

A partir do sentido das proposições acima, considera-se, em particular, as fontes iconográficas expostas neste estudo, como uma variável fundamental do saber hegemônico português. De um ponto de vista lógico, parte dessas fontes constituem-se na representação visual *dos frutos, feitos e efeitos* da ciência náutica sobre o sucesso do que foi, do que estava sendo e do que viria a ser a então *monopolista* nação portuguesa no campo das navegações, do comércio e dos descobrimentos de terras no além-mar. Uma nação ainda jovem mas que, em cuja

(...) *Corte de Portugal*  
*Vimos bem pequeno ser,*  
*Depois de tanto enobrecer*  
*Que não há outra igual*  
*Na cristandade a meu ver:*

*Tem cinco mil moradores,*  
*Em que entram muitos senhores.*  
*A que El-rei dá assentamento,*  
*Moradias, casamentos,*  
*Tenças<sup>4</sup>, mercês<sup>5</sup> e bonores<sup>6</sup>.*  
 (In: J. L. de Azevedo, 1988, p. 110)

Desses *cinco mil moradores*, especialmente alguns dos seus cronistas — pois escribas há muito tempo já não eram mais assim chamados —, obrigatoriamente um deles que na Corte fora criado e pela família real tutelado (Damião de Góis),<sup>7</sup> tinha o compromisso de não se ausentar dessa

<sup>4</sup> HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. Verbete tença: pensão periódica, ordinariamente em dinheiro, que alguém recebe do Estado, ou de particular, para seu sustento.

<sup>5</sup> Idem. Verbete: mercê: *preço ou recompensa de trabalho; remuneração paga. Favor, graça, benefício, bom acolhimento; benignidade, indulgência, benevolência, remissão de culpa; perdão, indulto, graça, nomeação para emprego público; provimento em cargo oficial, concessão de títulos honoríficos, mercê de. . graças a; em virtude de etc.*

<sup>6</sup> Palavra não encontrada nos seguintes dicionários da Língua Portuguesa consultados: o do Aurélio (edição de 1997), o do Koogan/Houaiss (edição de 1997), o de Pedro Celso Luft (edição de 1998), o de Cândido de Figueiredo (edição de 1889), o de Faria (edição de 1853), o de Caudas Aulete (edição de 1959) e o da Globo (edição de 1997)

<sup>7</sup> Damião de Góis (Alemquer, Portugal 1502 – m. Lisboa, 1574), dos nove aos 30 anos de idade (1511-1532) participou ativamente, ao lado do seu conterrâneo Gaspar Correia (? , 1495 – Goa, c. 1561) e de vários outros cronistas da época da Sociedade da Corte portuguesa, entre os quais se destaca o primeiro gramático da língua portuguesa João de Barros (Viseu, 1496 — Vermoil, Pombal, 1570). Principalmente Góis e João de Barros se educaram na Corte de D. Manuel, onde se formaram em humanidades. Damião de Góis foi cronista e escrivão da feitoria de Antuérpia até o ano de 1532, quando abandona o cargo e se dedica a escrever a *Crónica*

*Cerimônia Sacramental* e ser um dos *interlocutores* dessa crônica. Góis foi considerado “(...) o mestre em cujas mãos a prosa portuguesa tem a opulência e os lampejos da prata - lavrada, o amigo íntimo de Lutero, do Cardeal Bembo, de Melanchton, de Paulo II, de Jacob Fugger, o cronista a quem Erasmo, em 1544, dedica o seu *Compendium Rethorices*. (Cf. Dantas, 1921, p.23)

Góis era leitor de boa cepa, pois tinha sido educado na Corte. Essa educação era feita mediante um método pedagógico rigoroso, no sentido de memorizar o texto, o que lhe facultava a facilidade de ler um livro e recompô-lo na imaginação. Desse modo, era mais



47. Retrato de Damião de Góis<sup>8</sup>

hábil em retificar algumas idéias já preconcebidas e ativar aquelas outras que estavam desordenadas na sua imaginação. Assim se formou a sua capacidade intelectual que lhe foi útil por toda a sua vida, tanto nas suas **Figura** atividades cortesãs, quanto nas suas andanças pelo mundo. O seu último empenho intelectual, já nos últimos anos da sua vida, foi se empenhar, de corpo e alma, na defesa da publicação de *Os Lusíadas* de Camões (1572).

O outro interlocutor mais hábil para participar de uma atividade dessa natureza, poderia ser o seu confrade João de Barros, cronista de linhagem e donatário capitânicas no Brasil sem jamais ter vindo aqui. Por este e outros motivos certamente João de Barros não participaria nesse empreendimento, principalmente porque estava ocupado em escrever a primeira *Gramática da Língua Portuguesa, o Método de leitura* para ser usado

---

do *Felicíssimo D. Manuel* (1566 – 1567) e a Crônica do Príncipe D. João, rei que foi deste reino, segundo de nome 1567). João de Barros além de escrever, em 1520, a “*Crônica do Imperador Clarimundo donde os reis de Portugal “descendem”, “Diários de Viciosa Vergonha”(1540), “Gramática da Língua Portuguesa (com Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa e diálogo em louvor da nossa linguagem)”*, e mais uma série de crônicas *louvativas*, e serviu também como moço camareiro e amigo do príncipe (D. João III). Este lhe doou, em recompensa pelos bons serviços que tinha prestado à Corte, “duas capitânicas no Brasil, junto da de Pero Lopes de Souza. As armadas seguiram para o Brasil (em 1535 e 1556), tiveram conseqüências desastrosas e empobreceram o cronista”. (Cf. Tarracha Ferreira, [1993], p 492)



no ensino elementar e ainda de servir como camareiro do príncipe futuro rei (D. João III, o *sórdido*), não tendo tempo suficiente para ajudar o seu colega cortesão e por algum tempo irmão de criação. Por não encontrar outro disponível entre os muitos membros da Corte, a alternativa possível e ideal cairia sobre Gaspar Correia.<sup>9</sup> Este, junto com Damião de Góis, embora com histórias de vidas diferentes, por muitos anos prestara serviços ao rei de Portugal em várias partes do Oriente. Correia, que há mais tempo vivera longe da Corte portuguesa, mas a esta servindo e tendo sempre contato com os seus superiores, habitara um tempo em Ormuz<sup>10</sup>, no Golfo Pérsico, após essa ilha, situada no litoral asiático, ter sido “(...) *tomada por Afonso de Albuquerque, em 1514,*” (Faria, 1853, p. 657) o qual

(...) *De pé, sobre os países conquistados  
Desce os olhos cansados  
De ver o mundo e a injustiça e a sorte.  
Não pensa em vida ou morte,  
Tão poderoso que não quer o quanto  
Pode, querer tanto  
Calcara mais do que o submisso mundo  
Sob o seu passo fundo.  
Três impérios do chão lhe a Sorte apanha.  
Criou-se como desdenha.*  
(Fernando Pessoa, Op. cit. p. 47)

No campo intelectual Correia se destacou apenas com a sua *Lenda da Índia* e com a pintura de um retrato de Vasco da Gama — **o qual será apresentado no final do capítulo seguinte**. O seu destaque foi mais nos conhecimentos práticos adquiridos nas suas andanças pelo Oriente a fim de conquistar outras terras e assegurar a hegemonia comercial do seu país, que o

<sup>8</sup> Figura 47. Retrato de Damião de Góis. In: Malheiro Dias, 1921, p. 16.

<sup>9</sup> Gaspar Correia – (? , 1495 – assassinado em Goa c. 1561). Gaspar Correia participou da expedição de 1512, de D. Nuno da Cunha comandando um *catir* (pequena embarcação indiana movida a remo ou a vela) para conquista Diu, em Goa e sabe-se também que foi secretário de Afonso de Albuquerque em Ormuz. Morreu assassinado em Goa, em 1561, e escreveu apenas a crônica ‘Lendas da Índia’, publicada em 4 tomos em Lisboa, no ano de 1858. Essa obra ficou por muito tempo sob a guarda dos descendentes de Vasco da Gama. Sabe-se que foi secretário de Afonso de Albuquerque e viveu por muito tempo na Índia. (Cf. Tarracha Ferreira, [1993], p. 495)

<sup>10</sup> *Ormuz, cidade e porto da Asia, na costa NE. Da ilha d’Ormuz, não longe da costa de Fara (antiga região na qual, na antigüidade habitavam os povos tártaros)b, á entrada do golpho persico, que une o estreito d’Ormuz com o mar de Orman; 3:000 habitantes. A ilha de Ormuz era outrora o centro das ricas pescarias dos arredores; tinha algumas habitações, que passavam por inexpugnaveis; todavia foi tomada por Afonso de Albuquerque em 1514, sendo uma das primeiras estações portuguesas no Oriente.* (Cf. Faria, 1851, p. 657, verbete Ormuz.). No dicionário Koogan/Houaiss (op. cit, verbete Ormuz) diz que posteriormente essa ilha foi tomado pela Inglaterra.

fizera também conhecedor de algumas línguas orientais, e que usava para ser intérprete de outros portugueses que para lá iam a negócio ou a serviço real. Por ter esse perfil profissional e vocação para servir à sua Corte à distância, terminara por ocupar o cargo de secretário de Afonso de Albuquerque quando este governou Ormuz.



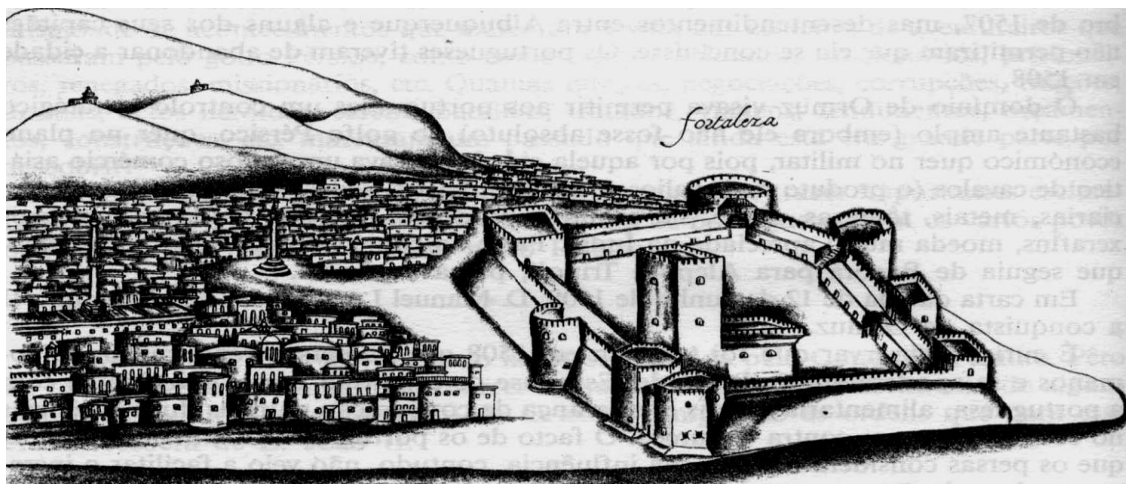


Figura 48. Fortaleza de Ormuz<sup>11</sup>

Já Damião de Góis fora criado na Corte portuguesa de D. Manuel e usufruiu das regalias da Família Real, pela qual foi tutelado dos nove aos trinta anos de idade. Iniciou a sua formação humanística em Basileia e Pádua, na Itália, convivendo com aquelas personagens relacionadas anteriormente. Como profissão, começou exercendo a função de *camareiro* do rei. Entre as suas diversas atividades exercidas dentro e fora da Corte, foi escrivão da feitoria de Antuérpia e feitor da Casa da Índia. (Cf. Tarracha Ferreira, [1993], p. 498). Embora Damião e Correia não tivessem nenhum parentesco e fossem de formações intelectuais diferentes, tinham estilos literários similares e, por isso, *agudavam* as suas imaginações e as suas consciências vivazes. Por tal motivo, sentir-se-iam na obrigação de reconhecer os benefícios que receberam da Corte durante as suas vivências

(...) *Em esse segre*<sup>12</sup> (eterno) *cintel*<sup>13</sup> (feliz espaço)  
 (onde) *reina el-Rei Dom Manuel,*  
*que recolhe em seu anel*  
*sua divisa e seu sinal*  
 (Cf. Resende Apud Tarracha Fonseca, 1994, p. 279)

E como bons vassallos e cortesãos que foram de D. Manuel que tinha consciência de que fizera deles boas serventias, certamente os nomearia para serem os fieis *interlocutores* dessa ideada realização. Ambos foram

<sup>11</sup> Figura 48. Fortaleza de Ormuz nas Lendas de Gaspar Correia. Apud Garcia.1994, p. 54.

<sup>12</sup> Cf. Faria, 1853, pp. 889 –890. Verbetes segre e século. Tempo em que os poetas imaginaram ter sido de perfeita felicidade, de virtude e inocência.

<sup>13</sup> Idem, ibidem. Compasso grande com que os carpinteiros marcam um espaço. Espaço definido.

hábeis em escrever crônicas a partir de transcrições de textos ou frases de outrem. E assim poderiam dar as suas colaborações para ajudar a descobrir, na complexidade do objeto do presente estudo, se ainda existem alguns dos seus fragmentos que reünam condições essenciais à sua realização. E assim,

(...) *Trabalhando cantando estão de amores,  
Vários casos em verso modulando,  
Melodia sonora, & concertada,  
Suave a letra, angelica a toada,*  
(Cf. Camões, 1995 [1572], f.149v)

dos referidos cronistas *interlocutores* elaborariam um pequeno ensaio cuja inspiração para criação do modelo narrativo e estético. De um modelo que tivesse alguma similaridade com o que alguns séculos posteriores foi apresentado em *A Sombra do arco-íris*, (“*As sete sombras da vida*”), novela experimental de MALBA TAHAN (1942) e a primeira desse gênero no Brasil. Ou ainda, na mesma linha de um *Grande Sertão: veredas* (Guimarães Rosa), livro de estrutura literária animosa, agradável aos sentidos e tem ainda as qualidades concebíveis pelas quais “(...) *cada um poderá aborda-la a seu gosto, conforme o seu ofício; mas em cada aspecto aparecerá o traço fundamental do autor: a absoluta confiança na liberdade de inventar*”. (Cf. Mello e Souza, 1999, p.5-10 [1959, pp. 151-241]. Se aproximaria também do romance histórico *Adivinhas de Pedro e Inês*, de Agostina Bessa-Luís, no qual o passado é refletido “(...) *pela pesquisa histórica e não pela lembrança ou memória*”. (Cf. Filizola, 1998, 120) e, sobretudo, do romance *As Minas de Prata* de José de Alencar. Mas se for tomar ao *pé da letra*, a inspiração maior deve-se as leituras de *Memória Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, e da trilogia *O Tempo e o Vento*, de Érico Veríssimo.

A gênese da influência para a elaboração de um determinado modelo hipotético de explicação histórica e/ou científica não surge do vazio, do nada, mas sim, das inúmeras influências apreendidas pela percepção humana. Deste modo, alerta-se às gerações presentes e futuras que impregnem as suas almas e espíritos com os saberes extraídos das leituras e reflexões das fontes testemunhos sobre as narrativas daqueles portugueses *varões providentes*. Esta é uma proposição regedora básica e com ela “(...) *a gente constrói os*

*nossos sonhos, os nossos castelos e cria um mundo de encanto onde tudo é belo*” (cf. Tim Maia, “Me dê motivo”).

Desse modo, será construído, em particular, este primeiro capítulo cujo personagem-símbolo (D. Manuel) é a criação de uma criatura real a partir de *paráfrases e metáfrases* e de outros *tropos*, fruto das fontes testemunhos e da imaginação. E por ter esta estrutura, é possível poder narrar uma história na qual

*(...) Os mares se contraem,  
As nuvens esticam as asas,  
O espaço abre-se em sedes e clamores,  
Dos que nasceram há mais de mil anos  
E dos que ainda vão nascer,  
Há uma convergência de presságios<sup>14</sup>  
Nos jardins cobertos de rosas migradoras  
E nos berços onde dormem crianças com fuzis.*

*O espírito poderoso que fundirá os tempos  
Espera, impaciente, nos átrios celestes.  
(Cf. Murilo Mendes, História, 1994, p.330)*

E cumprindo algumas das suas hipotéticas funções, os referidos interlocutores irão, naturalmente, se dissolvendo no decorrer da redação e as suas falas trasmutando-se com a do autor do estudo em apreciação. Ainda em razão desse modelo de redação, o seu tempo gramatical será usado, na maneira do possível, no *infinito transcendental*, tal qual os significados de ambas as palavras, mas longe de escrever “(...) *trinta capítulos sobre conselhos e conhecimento para (...) ensinar a certeza de palavras verdadeiras*”. (Bíblia de Jerusalém, 1982, p.1149)

Ao contrário dessa verdade, este pode vir a ser um ensaio ainda sujeito a sanções, pois está sendo construído em um estilo sobre o personagem principal da sua narrativa, no caso D. Manuel, a partir de diferentes modos e tempos gramaticais como síntese dos bons feitos e saberes dos seus antepassados *Varões Providentes, visto que*, muitas fortunas já haviam investido e haveriam de investir ainda muito mais na modernização das empresas de navegação. E essa era a inversão mais importante do capital comercial português da época para dominar os mares exteriores, em particular

<sup>14</sup> HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. Verbete: presságio. Fato ou sinal que prenuncia o futuro; agouro. Indício de um acontecimento futuro, presentimento, pressagio, do v. pressagiar.

o Atlântico e a conquista e *adonação* de novas terras. Desse modo, a alma portuguesa embebia-se da “(...) *Esperança de Portugal ser o Quinto Império do Mundo (...) como deixámos assentado, que há-de ser haver no Mundo um quinto e novo Império*” (cf. Vieira [1992], pp 241 e 275), pois,

(...) *Eras sobre eras se somem  
no tempo em que eras vêm,  
ser descontente é ser homem,  
que as forças cegas se domem  
pela visão que a alma tem!*  
(Fernando Pessoa, 1998, p. 76. O Quinto Império)

Na atmosfera desse processo, as ações e movimentos dos dois interlocutores acima citados vão intrometendo o passado no presente texto e tornando-o um pouco mais complexo, pois se trata de estudar saberes produzidos por muita gente e em épocas diferentes sobre o universo, o mar, a natureza, a terra e os *heróicos* feitos e/ou saberes praticados por aqueles referidos *portugueses previdentes*. Esse conjunto de ações e/ou características encontram-se nas fontes testemunhos compostas por uma grande quantidade de documentos escritos e iconográficos utilizados no decorrer deste estudo. Mas, por impossibilidade de usá-los todos o que se tornaria impraticável — pois se trata de um ensaio sobre o tema específico deste ensaio —, utilizar-se-á apenas aqueles que em toda ensaio forem referenciados.

Dentro deste esboço de modelo, os três capítulos seguintes têm como objetivo principal, fazer uma síntese de alguns aspectos que o objeto específico do ensaio não oferece muitas possibilidades de abordar. Embora apresente parte dos perfis de alguns dos personagens da história política de Portugal, não quer dizer que seja mais um estudo sobre a genealogia dos *previdentes* varões portugueses ou da origem da História do Brasil.

Pelo descrito até aqui, já está mais ou menos evidente qual é o objetivo do presente capítulo, mas não ainda a sua interação com os demais. No caso específico deste primeiro, é desenvolver uma moda mais *suave* — mas não comum em estudos com tais características — possível de estabelecer uma intertextualidade a partir de fragmentos de outros textos (o que também não significa nenhuma inovação metodológica), e que pode vir a ser, ou não, em relação ao enunciado regedor do capítulo, menor do que um

desses fragmentos acima citados. A referência aos textos de Góis e Correia é por se acatar a atuação de ambos em seus exercidos cotidianos de cronistas de profissão, servidores cortesãos, profissionais oficiais da palavra escrita e doutores em humanidades. Estes, inseriam nas suas obras além de assuntos nobiliárquicos alguns temas relacionando com ciências naturais: cosmologia, cartografia e cartas ou mapas geográficos e todos estes tinham afinidades com os feitos praticados no *pretérito transcendental* de D. Manuel I. Por isso, cabe ressaltar mais um vez, que não se trata aqui neste capítulo, de uma mera exaltação ilusória da mente, pois o seu lado imaginário apoia-se em múltiplas fontes sobre as diferentes realidades que para alguns passam, olham, criticam, negam; para outros, ovacionam elogiando. Para quem escreve, devaneia e para os *interlocutores*, (...) *varões maduros, nunca a mocidade folga como no tempo delles, o que é natural dizer, porque cada homem vê as causas com os olhos da sua idade.* (Cf. Machado de Assis, 1937, pp. 25–26)

E assim, uma idéia se formula na metalinguagem de toda o ensaio tese: os saberes agrários brasileiros. Esses transmutam-se, por um lado, nas origens remotas dos *saberes* e das viagens dos *previdentes varões portugueses* e por outro, nos daquela *gente pindoromense*, quão diferente era dos pioneiros *habitantes da Terra Brasilis*. Essa gente *pindoromense* que não tinha ainda a ilusão de que o seu território fosse ilhas desconhecidas, nem tampouco tinha o domínio do mar mas apenas de alguns rios de muitos peixes e águas turvadas pelas folhas caídas das matas. Gente que até o século XVI moldava *a vida em argila* mas ainda não bordava *em renda a história*. (Cf. Samba Enredo de Unidos da Vila Isabel, 1999), e nem era considerada entre si de *miúda, canibal, vil*, como se referia Zurara e os demais cronistas dos *varões previdentes portugueses* às pessoas da cidade de Ceuta e demais povos por eles adonados.

Destarte, os dois personagens *cronistas interlocutores* tomariam as suas naus e, imaginariamente iriam em busca de um lugar ideal para escrever um texto sobre textos, no qual o sujeito — no caso o *pretérito transcendental* de D. Manuel que representa, na realidade, a síntese da história de Portugal até aquela época — não seja uma mera manifestação da realidade efetiva,

segundo consta nas diferentes representações do discurso das fontes testemunhos consultadas. E é com esses aspectos que eles preocupar-se-iam, pois, assim faziam por reconhecerem que as virtudes de D. Manuel eram um desígnio dado por Deus a todos os monarcas portugueses. Por isso, procurariam um lugar ideal para elaborar um primeiro esboço textual, *supostamente* para ser submetido à apreciação dos superiores da Corte, em particular ao rei e demais membros da Sociedade da Corte portuguesa.

#### 4.1.1 Local ideal para uma concepção textual

O lugar ideal seria um ambiente tranqüilo e bem longe do rumorejar da Corte metropolitana, de clima saudável e no qual o fogo ainda não tivesse destruído as florestas, como já tinha acontecido algumas décadas antes na Ilha da Madeira e em várias partes da Europa, inclusive em Portugal. Essas características encontravam-se no Brasil, mas essa terra estava descartada porque nem Corte aqui existia, e ainda carregava o estigma narrado por alguns cronistas que por aqui já haviam passado, sobre a prática de canibalismo pelos seus habitantes.

Uma outra alternativa, esta mais viável, seria a recém-criada Corte portuguesa de Ormuz. Aí, Damião de Góis aproveitaria também para esboçar a sua “*Crônica do Felicíssimo D. Manuel*” e lhe contar “*De como Afonso de Albuquerque viu com el-rei de Ormuz, e de algumas coisas que logo sucederam, que foram causa de se a guerra começar de novo*”. (Cf. Góis, Apud Tarracha Ferreira, [1993], p. 218). E também, como foi o clima do primeiro encontro entre o rei *Resnordim* e outras autoridades da Corte de Ormuz, com o então governador Afonso de Albuquerque. Este, que tinha congênitos à veemência da liderança de governar e de cumprir às ordenações do(s) seu(s) superior(es)

(...) *E por mandado seu, buscando andamos  
A terra Oriental, que o Indo rege,  
Por elle o Mar remoto nauegamos,  
Que so dos seos Focas se nauega:  
Mas já razão parece que saibamos;  
Se entre vos a verdade não nega.  
Quem sois, que terra he esta que abitais?*

*Ou se tendes da Índia algûs finais?*  
(Cf. Os Lusíadas, 1571 [1995], f.9v.)

E o ato final de Afonso de Albuquerque, certamente o último e mais importante foi ter conquistado a ilha de Ormuz e, imediatamente após manter o seu o primeiro contato com o rei local, mandou um dos seus subalternos



**Figura 49. Portugueses em Ormuz<sup>15</sup>**

(...) visitar os embaixadores com um presente de pelouros<sup>16</sup>, de bombardas<sup>17</sup>, arcabuzes<sup>18</sup>, espingardas, e setas misturadas com

<sup>15</sup> Figura 49. No códice 1889 da Biblioteca casanatense, Roma (meados do século XVI In: Garcia, 1994, entre pp. 40 – 41. Referência completa na Bibliografia.

<sup>16</sup> Cf. Faria, 1853, p. 704. *Bala de metal para ser lançada por arma de fogo, como espingarda, arcabuz (espécie de bacamarte); bala de cera dentro da qual se mette um papelinho o nome da pessoa que se faz a escolha para juiz ordinario, ou vereador, e em geral bilhete de eleição, voto do eleitor (nomeado, eleito).* Cf. Holanda Ferreira, Aurélio Buarque de. Verbete: pelouro. *Bala de ferro ou de pedra, esférica, empregada antigamente em peças de artilharia. Bola de cera na qual se incluía um papel com o voto do eleitor. Cada um dos ramos da administração de uma cidade afetos aos vereadores da câmara municipal.* Os demais dicionários, inclusive o de Bluteau dão esses mesmos significados.

<sup>17</sup> Cf. Holanda Ferreira, Aurélio Buarque de. Verbete: bombardas. *Antiga máquina de guerra com que se arremessavam grandes blocos de pedra. Antiga peça de artilharia, de cano curto e grosso calibre, que atirava grandes bolas de ferro ou de pedra: “As bombardas horrissonas (que produz som) bramavam” (berravam).* (Cf. os Lusíadas, Canto II, p. 100). Cf. Holanda Ferreira, Aurélio Buarque de. Verbete: bombardas. *Antigo instrumento de palheta dupla, semelhante a um oboé rústico. Tubo de órgão de palheta. Navio de dois mastros, com vela bastarda no de vante e vela latina quadrangular no de ré, e que servia para transportar artilharia. Todos os demais dicionários consultados dizem praticamente a mesma coisa.*

<sup>18</sup> Idem. Ibidem. Verbete: arcabuz. *Antiga arma de fogo portátil, espécie de bacamarte.*



*ferros de lança, dizendo que aquela era a moeda em que el-rei D. Manuel de Portugal, da Índia e de Ormuz, seu senhor, pagava o tributo e páreas<sup>19</sup> aos reis e senhores seus vassallos ... (Cf. Góis, Apud Tarracha Ferreira, [1993], pp. 219-220)*

E nos dias e nas noites quentes e silenciosas de Ormuz, as imaginações dos interlocutores inqueriam-os para fazer brotar, ou ao menos esquematizar, as idéias centrais da ideada crônica, pois todas as tentativas feitas anteriormente foram em vão. Pouco adiantou agirem, como insinua a narradora de *A Bela e a Fera* de Clarice Lispector: (...) *o nascimento de uma idéia é precedido por uma longa gestão* (...) *pensei: veio depressa demais para ser boa; não se entusiasme; deite na cama, feche os olhos e espere que venha a serenidade.* (Lispector, 1995, p. 6)

A noite pereceu, o amanhecer chegou e os raios do sol iluminavam o Palácio da Corte de Ormuz situado em frente à entrada do Golfo Pérsico, no qual a (...) *varanda saia ao mar, toldada e alcatifada de ouro e seda*". (Cf. Góis Apud Tarracha Ferreira, [1993], p. 218) Nas manhãs serenas de verão oriental, supõe-se que Damião de Góis e Gaspar Correia se sentavam em volta de uma mesa para quebrarem o jejum, cujo cardápio era composto de produtos do próprio local. Enquanto cravavam seus olhares na beleza da paisagem que cercava a cidade, eram servidos pelos criados da Corte, *gente vil* que para lá havia sido levada por mais *uma vitoriosa expedição*. Imagina-se Damião de Góis se espreguiçando e usando uma metáfora (esta contemporânea e extraída de Saramago) assim dizendo:

*(...) Comemos, bebemos, folgámos honestamente, falemos agora de algumas coisas graves (importantes). Mas antes vá (queria dizer Diogo de Couto, mas este ainda não tinha nascido<sup>20</sup> e terminou pronunciando Gaspar Correia) fechar a janela, porque este sol de Fevereiro sobeja-lhe em luz o que lhe falta em calor, e também a porta, por causa de que (queria falar Portugal, mas pronunciou) a*

<sup>19</sup> Cf. Faria, 1853, verbete páreas, p. 682. "Tributo que um estado ou príncipe paga a outro em reconhecimento de obediência ou vassalagem". Esta mesma definição encontra-se em Bluteau. Cf. Holanda Ferreira, Aurélio Buarque de. "Réguas usada para medir a altura das pipas e tonéis. Os demais dicionários consultados apresentam essas mesmas definições".

<sup>20</sup> Diogo de Couto nasceu em Lisboa em 1542 e morreu em Goa, em 1616. Foi mais um dos cronistas da que participou da sociedade da Corte onde fora criado e educado a partir dos dez anos de idade. Aos 19 anos, depois da morte do seu protetor o infante Don Luís, decidiu-se dedicar às armas e passou a participar de várias campanhas militares. Em 1569, encontra-se com o seu velho amigo Luís de Camões, em Moçambique, e se dedica por algum tempo a comentar *Os Lusíadas*. [Em razão disso, Saramago incluiu como personagem do livro citado a bibliografia deste ensaio]. Na sua maturidade organiza o Arquivo de Goa e vai ser nomeado por Felipe II guarda-mor da Torre do Tombo da Índia, e cronista-mor para continuar escrevendo a *História da Índia e as Décadas de João de Barros*. (Cf. Tarracha Ferreira, [1993], pp. 495-496).

*Ormuz também sobeja e do que a Portugal falta.* (Cf. Saramago: *Que fazer com este Livro?*, 1998, p 51)

Gaspar Correia aproveitava o seu tempo para rascunhar as suas *Lendas das Índias* — como parece ter escrito mesmo — que ficaram inéditas e, sob a guarda de descendentes de Vasco da Gama, só foram publicadas na segunda metade do século XIX. Planejou e descreveu em uma das partes das suas lendas a saída de Afonso de Albuquerque da cidade de Ormuz para a Índia, cujos motivos o governador já havia anunciado na carta abaixo transcrita a el-rei D. Manuel, assim se expressando:

(...) *Senhor:*

*Vossa Alteza me culpa, me culpa, me culpa em alguma coisa de cá da Índia feitas contra vosso regimento, e creio que será por má informação que vos de mim darão algumas pessoas, que com inveja e dor de meus feitos e meus serviços vos servem agora cá, como meus competidores, danando as coisas de vosso serviço e de todo bem da Índia, cuidando que danificam a mim; e credo-me, senhor, porque esta é a maior praga que agora cá há na Índia, porque a vida que faço, meus trabalhos e minha limpeza, culpa todos os homens e obriga-os a muitos (...)* Achei mais em Goa umas contas e uma campainha, que me mandou o guardião de Jerusalém, que era vindo ao Cairo e chamado de sultão, e achei aí um judeu português morador em Jerusalém, que vinha para a Índia, e por ele me mandou este presente, dizendo que as contas eram tocadas em muitas relíquias, e que a campainha era da capela de Nossa Senhora, com que se sempre tangia a missa. Mando lá esta jóia do guardião a Vossa Alteza: prazerá a Nosso Senhor que se abrirá este caminho e romaria por cá por estas partes, por onde essas jóias vieram. Escrita em Cananur<sup>21</sup>, a 4 dias de Dezembro de 1513. Feitura e servidor de Vossa Alteza, Afonso de Albuquerque. (Cf. Afonso de Albuquerque, Apud Tarracha Ferreira, [1993], pp. 334-340)

Correia, reforçando a importância que Afonso de Albuquerque teve para a História das navegações e descobrimentos portugueses na Índia, descreve o que passou com o governador e sua tripulação no trajeto feito de Ormuz até chegar em Goa. Nesse último porto o governador falecera e fora sepultado na sua capela da Conceição de Nossa Senhora da Serra. Correia não narra que a causa desse falecimento foi devido ao naufrágio do navio *Frol de la Mar*, no final do ano de 1511 ou janeiro de 1512. Nesse navio, Afonso de Albuquerque regressava à Índia depois da conquista de Malaca, transportando um grande tesouro de riqueza incalculável que levava da Índia para Goa e daí para Lisboa, e que pretendia guardá-lo para si. (Cf. Ramalho, [1998], p.161) Na hora do naufrágio, “(...) *Albuquerque, vice rei da Índia (...)* correndo o risco de

*morrer em acidente marítimo, tomou uma criança pequena aos ombros, a fim de que, no perigo comum, sua inocência lhe servisse de garantia.* (Montaigne, 1972, p. 119)

Em outra parte das suas *Lendas da Índia*, Correia exalta as riquezas e belezas naturais, comerciais e culturais daquelas bandas do mundo, lamenta o desprezo que lhe fora dado por Portugal, e se auto-elogia, reclamando que

*(...) Portugal é pequeno, e esses títulos de honras, que ele tem, todos têm donos e que todos estivessem vagos, não há coisa em Portugal de honra que valha ametade da grandeza da governança da Índia. E de meus serviços, se são tais como me dizeis, não tinham mais direita mercê que me deixar acabar estes meus poucos dias assim servindo, e que eu em meus dias não visse na Índia outro melhor que eu. Nunca vereis governador da Índia que em Portugal valha a metade da Terça parte do preço que tem na Índia; e, portanto, vossas mercês verão o pago que me Portugal dará. E apostarei que, se o governador é chegado à Índia, que o achemos com as mãos metidas na governança, sem aguardar por mim, que lhe desse minha residência, porque Portugal não faz governador novo senão para desfazer o velho. E posto que el-rei mande com grandes resguardos disso, o cabo da Boa Esperança tem tal candão que o governador que o passa para cá lhe faz os sentidos tão grandes que nunca mais lembre se Portugal nasceu no mundo. Eu bem sei que hei-de achar contra mim muitos contra, porque em Portugal nunca fiz oferenda a nenhum santo, senão a el-rei, nosso senhor, e a sua mulher e filhos, porque as primícias da Índia a eles as mandei; sem querer de ninguém nenhuma ajuda, no que bem sei que errei contra mim, e não à obrigação do meu regimento, porque nele el-rei me mandava que primeiro desse aos seus.* (Cf. Correia, Apud Tarracha Ferreira, Op. cit. p. 185)

Não se preocupou em escrever sobre Vasco da Gama, porque esta tarefa ficou a cargo de João de Barros e Álvaro Velho, que para exaltar a coragem e os feitos do expressivo navegante, não existiram outros que o fizesse igual. Já Damião de Góis, por ser mais amante da poesia do que o seu colega que se preocupava com a prosa de *escárnio*, antes de escrever as suas crônicas nobiliárquicas dedicadas a D. Manuel, interiorizaria em língua espanhola, por ser esta mais parecida com o português arcaico do que a italiana, o Soneto XXIX de Petraca:

*(...) “Bendito el día, el mes y el año  
Y la estación y el tiempo, la hora, el punto,  
El hermoso país y el lugar donde yo me reuní  
Com dos bellos ojos, que me han ligado...”*  
(Cf. Carlos Fuentes, 1992, p. 51)

---

<sup>21</sup> Cananur ou Canor: cidade da Índia, na costa do Malabar. Ahi esteve Vasco da Gama em 1498. Fortaleza portuguesa de 1506. Foi tomada pelos holandeses em 1656, e por estes perdida em 1784. (Cf. Lello Universal, verbete Cananor, p. 446)

Prendendo a atenção, os olhares e reflexões de cada um dos interlocutores agitavam as frequências das suas células neuronais e, possivelmente, assim pensariam: “*para mim mesmo, sou anônimo; o mais fundo de meus pensamentos não entendem minhas palavras; só sabemos de nós mesmo com muita confusão*”. (Guimarães Rosa. Tutaméia, p. 138.). Mas não se pode fazer confusão quando se trata de escrever uma crônica para comemorar uma data como aquela citada no início do texto. Por isso, seria mais importante pensar no que já tinha sido, estava sendo ou viria a ser escrito sobre o *pretérito transcendental* de D. Manuel, o qual se confundia com o de Portugal. Isto seria feito por esse rei encarnar a síntese das tradições das famílias nobres,

(...) *E também as memorias gloriosas  
Daquelles Reis, que forão dilatando  
A Fee, o Império, & terras viciosas  
De Africa, & de Asia, andarão deuastando;  
E aquelles que por obras valerosas  
Se vão da ley da Morte libertando ...*  
(Cf. Camões, 1571 [1995], f. A1)

a História de Portugal. E assim, consultariam ainda os textos de Duarte Pacheco Pereira (1465–1533) que inclusive naquele ano estava sendo nomeado “*capitão e governador da fortaleza de S. Jorge da Mina, de onde veio preso para Lisboa, em 1522, por motivo mal conhecido*”. (Tarracha Ferreira, s/d/ p. 500). Este, além de cosmógrafo fora ainda membro oficial da comissão que elaborou o Tratado de Tordesilhas e da comitiva secreta encaminhada por D. Manuel, para o reconhecimento das terras situadas na linha imaginária de separação, segundo o que ficou *acertado* no texto do referido Tratado. Em razão das suas habilidades práticas, pois formação teórica não consta em sua biografia, concebia a história como fruto das *verdades da experiência*, e revelava para quem interesse tivesse em saber que

(...) *Nunca os nossos antigos antecessores, nem outros muito mais antigos, de outras estranhas gerações, puderam crer que podia vir tempo que o nosso Ocidente fora do Oriente conhecido e de Índia, pelo modo que agora é, porque os escritores que daquelas partes falaram, escreveram delas tantas fábulas, por onde a todos pareceu impossível que os indianos mares e terras do nosso Ocidente se pudessem navegar.* (Cf. Pereira, Apud Tarracha Ferreira, [1993], p. 456)

Destarte, assim seria a melhor maneira de perpetuar na memória de toda a gente do mundo, em particular da portuguesa, a glória do NossO

Senhor D. Manuel, Rei de Portugal e dos Algarves e Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia<sup>22</sup> *pelos bons serviços prestados à humanidade inteira e, em particular, ao povo português.*

Em razão disso, os referidos cronistas certamente teriam que exaltar os seus senhores por uma questão de compromisso, e se não fizessem poderiam facilmente serem condenados à morte. E assim, entre salvar a vida ou ser condenado a morte, tudo se justificava para viver. Morrer era uma idéia idiota. Morrer! Morrer por quê? Se fossem condenados à morte, além de perder muitas regalias, não mais se poderia andar ao acaso



**Figura 50. Retrato de D. Manuel I<sup>23</sup>**

*(...) cantando  
de vale em vale,  
de ar mais luminoso,  
e por outras ribeiras passeando.*  
(Cf. Sá de Miranda, [1989], p. 178)

E, se a condenação à morte fosse mesmo conjecturada sem antes terem registrados em crônicas as memórias de D. Manuel, certamente não seriam por mais ninguém lembrados; a não ser pelos seus familiares ou alguns amigos fraternos das boêmias noites lisboenses de luar prateado brilhando as águas do Tejo, de costa para a América, refletindo o mundo desaguando no mar e com a frente escondida atrás das poucas árvores que ainda restavam em Lisboa. Como se verá no capítulo VII, as vozes da América começavam a serem ouvidas e pouco compreendidas pelos ouvidos do povo de Lisboa, os de D. Manuel e também os dos dois interlocutores dessa *Cerimônia Sacramental*. Essa ambígua Lisboa que às noites se misturavam com a *fetidez* de cadáveres

<sup>22</sup> Cf. Tarracha Ferreira, op. cit. D. Manuel I. Nascimento: 1469, morte: 1521. Reinou 27 anos, de 1494 a 1521.

advinda dos *Autos-de-fé* do Rossio e do Paço da Ribeira, com o som dos instrumentos de serestas tocados lá para o lado do cais do Sodré, porque

*(...) Em Portugal eu vi já  
Em cada casa um pandeyro  
E gayta em cada palheyro  
E de vinte anos aca  
Nam há gayta nem gayteyro*

*A cada porta hum terreyro  
Cada aldeia dez folias  
Cada casa atabaqueyro  
E agora o Geremias  
He nosso tamburileyro.*

{Cf. Gil Vicente, 1934, pp. 1-2. Também citado em Tinhorão, 1998, p. 20)

Leite de Vasconcelos (1983, pp. 630-639) também diz que nas noites lisboenses essas cantigas eram normais nas casas que ficavam nos becos, largos, praças e ruas estreitas ou largas assim chamadas em Lisboa e demais cidades do interior do país no século XV. As largas mediam de oito a dez palmos de largura e não eram consideradas avenidas, uma vez que este vocábulo é recente e aparece pela primeira vez no Vocabulário de Bluteau, em 1702.



**Figura 51. Cantigas<sup>24</sup>**

Vasconcelos diz ainda, que o nome de rua Direita deriva-se da parte da estrada real que passava por algumas povoações e serviam de motes para algumas cantigas, como esta sempre cantada na cidade de Pombal onde há uma rua Direita e que ficou assim registrada no cancionero popular de Portugal:

*(...) Adeus, ó Rua Direita,*

<sup>23</sup> Figura 50. Retrato de D. Manuel. In: DANTAS, Júlio.. Entre as pp 24 e 25. Referência completa na bibliografia das imagens.

<sup>24</sup> Figura 51. Cantiga de Fernando Gonçalves de Seabra à p. 188 do Cancioneiro da Ajuda (Biblioteca da Ajuda). In: SERRÃO, Joaquin Veríssimo. Referência completa na bibliografia geral e na dos créditos das figuras.

*Direitinha até o fundo,  
 Donde dizem que aparecem  
 As almas do outro mundo”.*  
 (Cf. Vasconcelos, Op. cit. p. 632)

Quanto ao estilo pagode, certamente Gaspar Correia faria alguns comentários comparando aquelas folias aldeãs, às riquezas que ele viu nos pagodes de *Tremele*, e do luxo que tem os trajes do rei de Bisnaga<sup>25</sup> naqueles dias de festas. E Correia narrou essa *feira-feira* que o povo desse local fazia em certas épocas ano, dizendo que a

*(...) casa do pagode está em um grande campo, onde se começa a juntar gente, com suas fardagens, primeiro quinze dias, onde se ajuntam três e quatro contos de gente, em que haverão trezentos e quatrocentos mil cavalos; onde se acharão todas as nações de gente do mundo, e mercadorias quantas se puderem nomear por boca de gentes, em que afirmo que se acharão todas as coisas do mundo: todo o universo aqui se acharão, e de cada coisa tanta cópia quanta se buscar. Uma só coisa escreverei aqui pela mor façanha que posso contar que é esta (...) E cada ano o fazem melhor e mais avantajado do ano passado. E se el-rei não achar seus aposentos segundo cumpre a seu estado, com estas muitas grandezas, e segundo a grandeza do senhor da terra, não lhe dá mais pena que mandar-lhe dois mil açoites, nu, com a barriga no chão, amarrado a quatro estacas; o que acabado, torna a ficar em seu estado, como dantes era. (Cf. Correia, Apud Tarracha Ferreira, [1993], pp. 191-193)*

E por tudo isso, e muitas outras coisas que teriam ainda de produzir, jamais os interlocutores poderiam morrer. A vida é boa e eles tinham de desfrutá-la mesmo que servindo como bons vassallos àquela benfeitosa Corte de Portugal. Também, se morressem, possivelmente não concluiriam as suas crônicas, e nem tampouco D. Manuel saberia que

*(...) dos elefantes se escreve que se viram alguns que sabiam ler as letras gregas e escrever, o que eu não podia persuadir se não soubesse, por coisa muito certa, que, estando Diogo Pereira, homem nobre e digno de fé, na Corte de el-rei de Narsinga, na cidade de Bisnagá, que mandara el-rei trazer ao terreiro dos seus passos um elefante, e que perante ele escrevera no chão, com a ponta da tromba, letras que se podiam ler: o que acabado, lhe mandou o que regia que dissesse o que comera, ao que respondeu em voz alta e clara, que se entendeu de todos, que comera arroz e bêtele<sup>26</sup>. (Cf. Góis, In: Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel, 1566-67, Apud Tarracha Ferrira, op. cit, pp. 231-232.*

<sup>25</sup> *Reino da Índia que antigamente pertenceu a Portugal.* Cf. Lello Universal, verbete Bisnaga.

<sup>26</sup> Cf. Holanda Ferreira, Aurélio Buarque de. Verbetes: bêtele: *do malaiala vettila. Planta sarmentosa e aromática, da família das piperáceas (Piper chavica betel), originária da Índia, cujas folhas são utilizadas para mascar, e cuja noz, por produzir cor vermelha, é empregada em tinturaria. Mistura em que entram as folhas dessa planta, tabaco e o fruto de areca, e que é usada para mastigar em algumas regiões tropicais.*



O experiente el-rei D. Manuel, já tinha visto de tudo, inclusive elefante escrever e falar, como o acima descrito e que mandou vir uns desses para a cidade de Lisboa e depois, por razões não explicadas deu de “(...) presente ao rei Francisco de Valois, o primeiro da França com este nome”.(idem, 234) Por tudo o que tinha feito e pela idade um pouco avançada, já se sentia velho e débil para continuar no mesmo ritmo dantes, pois se aproximava do fim dos seus 27 anos de exercícios de governança do seu país (1494 – 1521).

Por tudo isso, e também por ser rotineiro na Corte se fazer festas para comemorar algum acontecimento qualquer, ideava fazer uma cerimônia em alto estilo para exibir as realizações do seu mandato, pois os seus feitos e a sua alma — ao menos para o povo português — deveriam ser lembrados em todo tempo, eternidade... O motivo, seria falar e visualizar o espaço ocupado mundo à fora pelo reinado português, que começara a se expandir a partir da conquista de Ceuta, em 21 de agosto de 1415, (Garcia, 1994, p. 14). E essa ocupação não teria sido outra coisa senão frutos dos saberes adquiridos nas viagens desses *Varões Previdentes* que antecederam ao reinado de D. Manuel, segundo é narrado por muitos dos cronistas e historiadores que lhe antecederam e sucederam.

#### 4.1.1.1 A sua fama espelha nos títulos dos seus feitos e efeitos

E por isso, os títulos e subtítulos deveriam ser assim escritos:

a) "Dos saberes de Varões Previdentes"

ou de como El-rei Nosso Senhor D. Manuel, o venturoso, Rei de Portugal e dos Algarves e Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia vai comemorar as Bodas de Prata (25 anos) pelo tempo que está à frente do Reino Português de muitas Conquistas e Virtudes; e de como vai ser a grande festa no próximo ano (1520) em que El-rei Nosso Senhor vai fazer para comemorar as Bodas de Porcelana (20 anos) pela maior realização de um rei português no trono: o achamento do Brasil.

b) Do proêmio que é mais apropriado do que prólogo

Seguindo a mesma matéria, o proêmio, como era muito usado na época, significa origem, procedência, ascendência, geração, prole etc., compunha-se de algumas informações elementares sobre astrologia, quiromancia, astronomia e outros conhecimentos afins. Por isso logo no seu início começaria pela seguinte redação: *Anno solar de 1519 regido pelo signo de Capricórnio circulando pelo anel de Saturno quando estava o Sol em doze graus do signo de Touro e a Lua sobre o segundo quarto do seu minguante, no terceiro segundo de Leão perto de completar uma revolução lunar em torno da Terra.* Atinente seria invocar o velho cronista Gomes Eanes de Zurara, pelo seu estilo narrativo e pela sua relevância de ter ocupado entre outras funções,

conforme já foram descritas em nota de rodapé no item 1 do capítulo anterior, as de

(...) *guadra-mor da Torre do Tombo e cronista-mor do reino português, nomeado por D. Afonso V,*<sup>27</sup> em 6 de Junho de 1454, para substituir *Fernão Lopes que estava “velho e flaco”*(leia-se fraco); e também por haver posto em prática “*um conceito de historiografia inteiramente diferente daquele a que obedecia Fernão Lopes.*(Cf. Tarracha Ferreira, [1993], p. 78) Assim, conferiu “(...) *grande importância ao testemunho oral, proveniente de pessoas de qualidade*”. (Cf. Tarracha Ferreira, [1993], ip. 234)<sup>28</sup>

Embora Zurara — que o historiador português António Sérgio “(...) *pôs em causa a veracidade do cronista*” (cf. Moreno, Apud Domingues e Barreto, 1987, pp. 191-202) — tenha sido considerado um precursor remoto da história oral, na realidade o que mais fez foi utilizar-se dos suportes de informações escritas: as fontes documentais, por reconhecer as limitações que as informações orais tinham na sua época.

Assim dizia Zurara: (...) *Eu, que esta história escrevi, li mui grã parte das crônicas e livros de historiais. (...) É mais segura parte perguntar a poucas e certas pessoas que demandar a todos o que perfeitamente não hão razão de saber*”, (Cf. Tarracha Ferreira, [1993], p. 78) sobre as transmutações dos saberes que levaram às *vitórias* das ações praticadas por alguns daqueles *varões previdentes* portugueses a partir de 1385. Nessa data, D. João I, o Mestre de Avis, assumiu o trono de Portugal, criando em primeiro lugar um *curioso Estado moderno* (Braudel, 1983, p. 637), e, em seguida, a partir de 1415, com a tomada de Ceuta, instituiu o marco fundamental da moderna expansão marítima daquele país.

Por conseguinte, a partir desse período até o final do século XVI, Portugal se situava, segundo Braudel, nas condições de um país subpovoado, com uma forte sociedade patriarcal, vários burgos espalhados por todo o país e auto-sustentáveis na produção de trigo e vinhos, chegando mesmo a exportar algum excedente dessa produção para Londres. Com a dinastia de Avis se expande as virtuais fronteiras do seu Império colonial, e, logicamente a própria

<sup>27</sup> D. Afonso V. Nascimento: 1432, morte: 1481. Reinou 45 anos, de 1446 a 1481.(cf. Hermano Saraiva, 1993, anexos.)

<sup>28</sup> 300 anos mais tarde o padre António Vieira vai retomar essa idéia quase que na sua íntegra, para explicar qual é a importância do significado de escrever a sua *História do Futuro*, para que os bons do reino de Portugal possam vir superar as crises deste reino e transformá-lo no Quinto Império do Mundo

língua portuguesa — ainda muito vinculada à estrutura lingüística do latim vulgar — que busca disseminar pelo mundo a fora.

Vale abrirem aqui parênteses para examinar como Silvio Galvão de Queirós e Vânia Leite Fróes analisam tal tema. Na análise feita por Silvio a partir do texto de Zurara, mostra que este “(...) aduziu a principal razão da tradução das suas crônicas para o latim como sendo o desejo de que não apenas os portugueses dela tivessem conhecimento, mas que aqueles feitos “fossem manifestos a todo conhecimento de toda a Nobreza da Christandade.” (Idem, pp. 69) Alguns outros autores, diz Silvio, em particular Vânia Leite Fróes, argumentam acerca do império da língua portuguesa que levou Portugal desenvolver, a partir do século XV, “(...) o gosto pela língua vulgar, [já consignado por Zurara, e uma] tendência a enriquecê-la, estudá-la, sistematizá-la, ‘a pátria era a língua’ e o Rei, sua corte e seu Reino dela se apropriaram.” (Cf. Fróes, Apud Queirós, p. 70, [grifos da autora].

Sílvio continua dizendo que

(...) Vânia Leite Fróes vai muito além nas discussões aqui intentadas, imputando ao rei a iniciativa de ordenar o recolhimento das informações e avisamentos mais vetustos sobre a história do reino e dos seus povos ainda sabidas por partilharem de mesma natureza que as trovas, canções, lendas e outros topos da fértil imaginação popular. (...) Para ela, “os reis eram grandes veiculadores dessas ‘preciosas antigüidades’, quer porque patrocinem cronistas e historiadores, quer porque, muitas vezes, eles próprios traziam às cortes e ao mundo letrado, em língua vulgar, o mundo dinâmico da tradição oral” assim, estuda a dimensão política resultante das ações reais no recolhimento daquelas informações, afirmando tratar-se de “um fenômeno cultural e político, cuja raiz leva a aceitar e honrar as próprias antigüidades, de ordinário conservadas em formas populares como revelação do caráter nacional.” (Idem, pp. 70-71, disquete)

Parte da dissertação do autor citado, ressalta:

(...) o papel desempenhado pelos reis e infantes da dinastia de Avis, como vetores tanto da construção da identidade nacional a partir do sentimento de pertencimento a um território definitivamente consolidado, Portugal, espaço que se amplia, mais tarde, para o ultramar; quanto de uma nação que se construiu tomando por base o sentido aglutinador de ser-se cristão e, que após o encerramento do processo de Reconquista no próprio território ibérico, com a definição das fronteiras distintas da Hespânia, resultou no sentido de ser-se português; como, inclusive, de um sentimento de pertencimento, também, a um grupo de falantes da mesma língua, nosso vulgar Portuguez como quer Zurara. Com base em tais delineamentos, se o nosso cronista constrói situações e personagens como exemplo, faz de tais exemplos, signos imagísticos, que, com base nos aspectos que significam, são projetados pedagogicamente, seja no momento

*daquela atualidade, seja para adiante, para outrem, noutros tempos, estabelecendo de fato, as condições em que os povos possam orgulhar-se de si próprios, de sua terra e dos magníficos governantes que têm. Governantes, enfim, cuja fama espalha-se por toda a cristandade, garantindo a ambos, povos e governantes, a nomeada a que justamente têm direito por serem cristãos exemplares, preocupados não apenas com sua própria salvação, mas também, com a das almas daqueles trazidos à boa fé por suas conquistas territoriais ultramarinas. Embasadas desta maneira, na força dos exemplos, as crônicas inscrevem-se no circuito das manifestações do gênero literário Espelhos de Príncipes, que possuem, em tais exemplos, a sua característica essencial, o que os faz servirem como manuais para a educação dos príncipes. (idem, pp. 71-73*

Fecham-se os parênteses e mostra-se que de certo modo, tanto as crônicas quanto os manuais que foram analisados pelos dois autores acima citados, revelam a ambigüidade do pretérito transcendental de uma Nação que se expande graças ao aperfeiçoamento de alguns saberes, entre os quais, estão os cartográficos — como serão analisados nos capítulos a seguir —, enquanto os agrários, mantêm-se embaçados e, de certo modo, fora dos interesses da referida monarquia comercial. Assim se posicionava esse Portugal ambíguo e ostentador dos feitos e efeitos da sua política de navegação, e tece o seu auge de expansionismo econômico no século XV, nos últimos dez anos do governo de D. João II.



**Figura 52. Retrato de D. João II<sup>29</sup>**

<sup>29</sup> Figura 52. Presumível retrato de D. João II. In SERRÃO, Joaquim Veríssimo, [1980], v. II, sobrecapa.

Esse monarca, segundo dizem diversos historiadores, muito empenho fez para introduzir e desenvolver o humanismo português e continuar investindo na conquista dos mares. Sobre a sua ação no campo da navegação e dos descobrimentos portugueses, narra Martínez de la Puente em seu *Compendio de las historias de la India Oriental*:

*(...) El Rey Don Juan el Segundo de de Portugal proseguió las conquistas, y descubrimientos de nuevas tierras, y Mares; mas porque el orden de navegar hasta su tiempo, era costeando la tierra, sin engolfarse en alto mar, y esto impedía los descubrimientos, que intentava, de la India Oriental, mandó hacer una junta de Matematica, para que buscassen algun medio de entrar la mar adentro; y depues de largos discurso, y explicaciones, halaron los Medicos del mismo Rey el orden de navegar por la altura del Sol (à cuya observancia llaman pesarle) de que formaron reglas y Arte, como aora se usan, bien que ya com mas perfeccion que entonces; y assi fueron los Portugueses los primeros que hallaron, y facilitaron la manera de navegar por esto medio tan inmensos mares, en cuya obligacion les devem estar todas las Naciones de Europa. (Cf. Puente, Apud Silva, 1921, p.66)<sup>30</sup>*

Os passos dessa transição e dessas *conquistas* marítimas e comerciais portuguesas foram acompanhados por inúmeras crises políticas, com guerras e assassinatos de membros da nobreza, inclusive entre os da própria família real. Além de outros aspectos, tem-se na tradição popular portuguesa — mas que aparece muito pouco nos autos oficiais — a atribuição a D. João II de ter sido cúmplice do assassinato do seu tio-sogro D. Fernando. É notório ainda, que este mesmo rei mandou assassinar o bispo de Évora, D. Garcia Menezes, no castelo de Palmela, “(...) três anos depois de ter pronunciado um Discurso em Roma em 31 de agosto de 1481” (cf. Ramalho, 1998, p. 136), por este ter (...) “conspirado contra a realeza”. (Idem, ibidem) Mas as glórias de D. João II, assim como as dos seus sucessores, não teriam

<sup>30</sup> Cf. Martínez de la Puente. *Compendio de las historias de la India Oriental*. Madrid, 1681. In SILVA, op. cit. Referência completa na bibliografia. Silva comenta que faltam notícias até agora (1921) que possam confirmar a existência real dessa Junta de Matemática criada por D. João II. Ele atribui tais informações ao “zelo da Academia Real de Sciencia, e a curiosidade de alguns particulares tem resolvido e examinado”. Um desses particulares que ele se refere e cita a sua obra é STOKLER, em sua obra *Ensaio histórico sobre a origem das Mathematicas em Portugal*. (Cf. Silva, 1921, pág. 148.) “O rei D. João, o segundo de Portugal prosseguiu as conquistas e descobrimentos de novas terras e mares; mas porque a ordem de navegar até a sua época era costeando a terra, sem entrar pelo alto mar. E isto impedía o descobrimento que tentava da Índia Oriental, criou uma Comissão de Matemáticos para que pudessem buscar algum meio de se adentrar no mar; e depois de amplos discursos e explicações, os médicos do mesmo rei apresentaram a ordem de navegar pela altura do Sol (em cuja observação chamam examinar-se) de que formaram regras e Arte, como agora se usam, bem que, já com mais perfeição do que anteriormente; e assim foram os portugueses os primeiros que falaram e facilitaram a maneira de navegar por este meio, tão imensos mares, em cuja obrigação devem estar todas as nações da Europa”. (Versão livre do texto para a língua portuguesa, por Geraldo Prado, exclusiva para este ensaio).

se concretizado, se antes não tivesse havido a habilidade do Infante navegador, D. Henrique.

Este, ao jurar perante a sua mãe (D. Felipa) na hora da morte — segundo será descrito no capítulo V, item 5 — que jamais deixaria de seguir os conselhos daquela, cuja vida foi exemplo de dedicação da nobre educação dos seus filhos. E para cumprir essa promessa, jurou cumprir o celibatarismo, e assim, praticar a abstinência total dos prazeres sensuais. Mas nem por isso, escapou da acusação daquelas *mentes insensíveis*, narra Zurara em suas



**Figura 53. Retrato de D. Henrique<sup>31</sup>**

Crônicas, que o acusou de num momento de fraqueza ter praticado um ato de volúpia carnal e gerado um filho. Segundo o sentido do discurso de Zurara em várias das suas crônicas dedicadas ao seu *padroado Infante*, acusações dessa natureza deixavam-no profundamente abalado, e por isso muito tempo se fechava em algum dos templos da Ordem Militar de Cristo Jesus, da qual era defensor e governador, rezando e se confessando para que o perdoasse da tão maldosa acusação.

Fazendo isso, purificava a sua alma e dava continuidade à ideologia expansionista e ao fortalecimento da burguesia comercial do seu falecido pai, o Mestre de Avis, conforme já foi sumariamente narrado no capítulo III, assim como também alguns outros aspectos serão referido nos capítulos subsequentes do presente estudo. Desse modo, cabe ressaltar que as citações usadas no presente capítulo, são ainda no nível de alguns exemplos — entre os milhares de estudos existentes sobre o assunto — de como a cultura erudita portuguesa disseminou à cultura popular, a ideologia da exaltação consagrando uma concepção linear à representação do sentido dos

<sup>31</sup> Figura 53. Retrato de D. Henrique. In: Malheiro Dias, 1921. Introdução. Este retrato é largamente usado em várias obras que exaltam os seus feitos e efeitos, em particular nos livros didáticos do ensino secundário, tanto do Brasil como de Portugal.



feitos dos seus *varões previdentes*. Este é o discurso mais contundente que se pode observar nas fontes testemunhos,<sup>32</sup> quer seja em relação à ação do homem, quer seja sobre a riqueza que a natureza portuguesa disponibilizava para ser explorada, pois a mesma é assim constituída por ser uma dádiva de Deus à humanidade. Esses discursos, conforme continuará analisado nos capítulos subseqüentes do ensaio, foram transmutados por grande parte das nações adonadas por Portugal, em particular o Brasil.

E por isso, “(...) *anota-se aqui o registro da História nesta data suprema que se faz aperceber*” (Góis, Apud Tarracha Ferreira, idem, p.224) que (...) “*os triunfos de D. Manuel*” (Barros, idem, p. 301) resultam da sua índole e são ainda enriquecidos pelo heroísmo dos seus antecessores. Dessa mesma forma e também por não lhes faltarem amigos dentro e fora da Corte, pecados não lhes recaem ao parafrasearem palavras, fragmentos de textos ou até imagens completas de outros profissionais da escrita e da pintura. Não importa qual seja o seu gênero, estilo ou tempo em que foram produzidas, nem tampouco as nacionalidades dos seus autores, tanto daqueles que por lá já haviam convivido, quanto os dos que estavam ainda por vir. Mesmo aqueles que lá da Corte não se serviram, mas se dedicaram, se dedicam ou dedicar-se-ão a escrever, os tão excelsos atributos aos feitos e efeitos do passado transcendental daqueles varões previdentes cujos *destinos* os levaram a ser protetores do Império colonial português.

Destarte, a nave da exegese exibindo cartas e demais instrumentos de marear faz aqui neste capítulo o seu primeiro intervalo para se abastecer com o sentido dos discursos dos dois ideados interlocutores desta *Cerimônia Sacramental* (Gaspar Correia e Damião de Góis). Precisava-se, portanto, vencer as barreiras para descobrir o passado transcendental dos saberes agrários brasileiros que pela primeira vez visualizavam-se, naquele ano de 1519, mediante a exibição do mapa Terra Brasilis. E a visão desses saberes

---

<sup>32</sup> Por muito tempo a historiografia portuguesa se voltou para sagração, como a encontrada nas obras dos cronistas da Corte, dos feitos de Portugal e dos bons atos praticados pelos seus reis e/ou dirigentes. O primeiro grande historiador que começou a romper, de fato, com esta tradição, foi Alexandre Herculano, cuja obra principal, *História de Portugal*, fez grande sucesso durante o século XIX. Na transição desse século para o atual, outros bons historiadores portugueses vão se destacarem neste estilo, sobressaindo-se dessa safra, o historiador António Sérgio.

ressaltados no referido mapa, de certa maneira, é uma encarnação do passado transcendental de D. Manuel I, e ambos são, sem dúvida, o do Império colonial português.

A bem da verdade, esse intervalo seria necessário ainda para uma reflexão mais criteriosa da concepção que ambos interlocutores, demais varões previdentes e aqueles padroados lusitanos *notáveis*, referidos no capítulo anterior, sobre uma hipotética resistência às mudanças do modelo cosmológico da expansão do universo. Modelo este, como já foi dito nos capítulos anteriores e será retomado no VI, apregoado nos fundamentos teóricos da Escolástica e do sistema geocêntrico do astrônomo, matemático e geógrafo grego Cláudio Ptolomeu, transparecia a síntese do Império colonial português, pois, a esperança dos seus varões previdentes e demais padroados portugueses, era de um dia vê-lo transformado no Quinto Império do Mundo.

E assim, os dois interlocutores que varões previdentes eram, muitíssimo bem sabiam eles da nobreza e da imperiosa necessidade de que tudo isso —que no porvir anteviam — se cumprisse, para honra do império luso e glória de Deus Nosso Senhor, que a todos guiava... Por isto que aqui se passa, em abono ao que dito ficou registrado nas palavras de ambos interlocutores, se despede Gaspar Correia, ainda moço, mas já muito experiente, conhecedor e amante das coisas das Índias, assim dizendo:

*(...) É verdade que, quando comecei esta ocupação de escrever as coisas da Índia, eram elas tão gostosas por suas bondades, que dava muito contentamento ouvi-las recontar. Mas, porque as boas coisas pouco duram, as bondades se foram danando e corrompendo, como ao diante direi, que não deixarei de escrever, para que cada um haja o galardão de seu bem e do final, neste mundo, nas línguas e memórias das gentes; e no outro, ante Deus, cada um haverá direita satisfação de seus merecimentos . (...) Mui grande primor e mui acertada coisa é os valerosos e grandes príncipes e reis terem loquentes cronistas em seus tempos, para escreverem, notarem, testificando, os acontecimentos de males e bens, para mor merecimento de suas grandezas: para que, mandando escrever os males, se emendem os que depois vierem, e assim escrevendo as bondades, tomem voluntário exemplo, cobiçando galardão dos louvores que acham dos passados. Do que os prudentes escritores, verdadeiros cronistas, tomam tanto gosto de boas coisas escrever, que, com suas penas no papel, as ajudam e alevantam. quanto podem com suas boas oratórias, em gostosos estilos e modos cordiais de grandes louvores, que sejam aprazíveis aos leitores, para melhor e maior incitamento dos grandes ânimos das pessoas generosas, que lhes causam pungimento de altos espíritos, desejosos para mores feitos e de si deixarem mais altos louvores. Do*

*que se me antolha que não faltará galardão de Deus aos que escreverem as coisas alheias, a este fim e tenção de haver de Deus este galardão. (Cf. Gaspar Correia In: Prólogo do Livro II e Prólogo do Livro III, Apud Tarracha Ferreira, 1998, p. 155)*

E da mesma forma, nas palavras de Dainião de Góis, que embora fosse dez anos mais moço do que o primeiro e também mais prendado nas artes do escrever, aqui se despede deixando a sua mensagem registrada na Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel I, assim dizendo:

*(...) Muitos e graves autores nos princípios de suas crônicas trabalhariam em louvar a História, da qual tudo o que disseram foi sempre menos do que se devia dizer, porque, assim como ela é infinita, assim seus louvores não têm fim nem termo a que se quer dizer. E pois tudo o tratado nesta parte é quase nada em comparação do que deve ser (...), na qual por certo não ousara nem devera tocar, se me não fosse mandado por Vossa Alteza {Infante-cardeal D. Henriquel), por ser de qualidade que, depois de algumas pessoas a terem começada, el-rei D. João, vosso irmão, que santa glória haja (D. João III), lhes mandou tomar o que já tinham escrito para se acabar por outros, de cujas habilidades tinham mor opinião, em mãos dos que ficou até seu falecimento.(...) Pelas quais razões me atrevi a tomar este trabalho, o qual, qual é, me pareceu que não devia, nem era bem, que dedicasse senão a Vossa Alteza, como a principal autor de a fama glória de el-rei, seu pai, saírem em luz, e não perecer a lembrança das coisas notáveis que aconteceram aos Portugueses por todo o discurso de seu reinado. (...) Assim que, falecido el-rei D. João II sucedeu no reino o rei D. Emanuel, o qual, como herdeiro universal de toda a máquina e peso destas navegações, não contente do que já era descoberto, mas antes muito desejoso de passar adiante, logo começo do seu reinado, no mês de Dezembro de 1495, teve Montemor-o-Novo sobre isso conselho, no qual alguns foram opinião que se não prosseguisse mais nesta viagem além do já era descoberto, porque havia de ser muito invejada de todos os reis e repúblicas da Europa, e assim do soldão (sultão) de Babilônia e dos mesmos reis e senhores da Índia, do que se iam de seguir grandes trabalhos e despesas a estes reinos, e abastava o pacífico trato de Guiné e a honrosa conquista os lugares de África, ganho dos mercadores e de proveitosas rendas do reino e exercício da nobreza dele. Mas el-rei foi voto daqueles a quem isto pareceu ao contrário, mandando logo aparelhar naus, no que se passou mais de um ano. (Cf. Damião de Góis, Prólogo, Apud Tarracha Ferreira, 1998, pp. 252-253)*

Nas palavras desse dois também varões previdentes que neste capítulo foram ideados como interlocutores de uma também ideada *Cerimônia Sacramental ao Fidelíssimo D. Manuel I*, ficam expressos os seus sentimentos sobre os laços “sangüíneos” do passado transcendental desse monarca, que “(...) de dia e de noite era mui duvidoso a quem encarregaria esta tamanha empresa, sempre rogando a Nosso Senhor que, se houvesse esta coisa por seu santo serviço, lhe aprovasse mostrar os homens que fosse servido

*mandar nesta viagem; no qual el-rei era em contínuo pensamentos.*” (idem, *ibidem*). E o contínuo pensamento de D. Manuel I. extensão determinada de uma nova cultura” nascida no crepúsculo de um mundo em transmutação, está na reciprocidade do seu passado transcendental de príncipe e no porvir de rei sangüíneo de Portugal, cuja coroa herdada dos seus antecessores continua sendo moldada de ouro, prata, comércio de especiarias e de escravos, menos de germes de grãos.

#### 4.1.1.1.1 D. Manuel I, “rei sangüíneo, extensão determinada de uma nova cultura” nascida no crepúsculo de um mundo em transmutação

“Com pedaços de mim eu monto um ser atônito”.

Manuel de Barros

(*Desejo de ser, em Livro sobre NADA*)

E ninguém devia duvidar disso porque por ter sido príncipe e agora rei de sangue, “(...) *tem menores razões e menor necessidade de ofender, daí resultando que seja mais amado; e se defeitos extraordinários não o fazem odiado, é razoável que seja benquista por seus súditos*”. (Cf. Maquiavel, *o Príncipe*, s/d, p. 39) E se tinha mesmo este perfil, encarnava a síntese de um processo de transmutação que eclode no momento em que uma realidade presente supera a sua antecedente. Isso é possível observar, e



muitos já os fizeram, por exemplo, em como **Figura 54. Estandarte de D. Manuel**<sup>33</sup> o século XVI fez brilhar o *sol renascentista* sobre o *crepúsculo* medieval, ao registrar naquela ambígua Europa Ocidental em crise de transição do feudalismo para o capitalismo mercantil<sup>34</sup>, as idéias de presente e futuro *retornando* aos princípios científicos, artísticos e culturais da Antigüidade Clássica de muitos séculos passados.

Os raios desse sol atingiram inicialmente o espírito da vida cultural européia, para em seguida invadir ainda mais forte as *hastes* do mundo material da produção econômica, pressionando o Velho Mundo à busca de ocupação de outros espaços geoculturais para se expandir e manter o seu conjunto de direitos e regalias adquiridos ao longo dos séculos. A bem dizer, começa a partir dos séculos XV e XVI, a se configurar no imaginário das pessoas *sabidas, oriundas das* hegemônicas classes econômicas e políticas européias, a criação do mito moderno de felicidade. Da escolástica medieval restou a justificativa da exploração do homem por Deus e a esperança de uma nova vida que há de se expandir através da ação humana (material, espiritual e simbólica), sem perder a *pureza* natural da fé divina, guardada nos *livros da igreja* — as Sagradas Escrituras — e transmitidas aos *seus fiéis* através dos cultos religiosos e outras ações similares.

Esses *fiéis* também não de modernizar-se, embora não no mesmo ritmo daqueles que se *dedicavam* à conquista de outras terras, ilhas conhecidas ou continentes desconhecidos. E assim materializa-se no *novo homem situado em algum lugar do Novo Mundo*, o mito medieval da felicidade edênica, da descoberta e da origem do verdadeiro Paraíso terrestre. Paraíso esse onde Adão viveu, gozou as delícias do Jardim de Éden (Gênesis, III, 18), comeu o fruto proibido que não era a maçã, mas sim o maracujá produzido

<sup>33</sup> Figura 54. Estandarte de D. Manuel no cortejo triunfal do Imperador Maximiliano . In Malheiro Dias, op. cit. p. 10.

<sup>34</sup> Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. Verbete: mercantilismo. *Tendência para subordinar tudo ao comércio, ao interesse, ao lucro, ao ganho. Predominância do interesse ou do espírito mercantil.* Francisco Falcon baseando-se fundamentalmente nas definições de Mercantilismo de Maurice Dobb e Heckscher, diz que *Os limites históricos da época mercantilista corresponde grosso modo aos da transição feudal-capitalista, ou seja, da “crise dos séculos XIV/XV” ao final do século XVIII. Face à necessidade de levar em consideração aqui os limites do próprio Mercantilismo, seria possível restringir-se aqueles*

pela "(...) *árvore do bem e do mal que pelo aroma e sabor já era capaz de ascender o apetite de Eva, e cuja misteriosa flor ostenta claramente as insígnias da Paixão do Senhor*" (cf. Holanda, 1992, pp. IX-XXIV), foi traído... pecou.. morreu...e terminou por não gozar as delícias prometidas por Deus, pois essas eram exclusivas do Paraíso Eterno.<sup>35</sup>

Materializaram-se assim os primeiros passos para a construção de uma *nova* ordem civilizatória ocidental, *batizada* de Mercantilismo ou Capitalismo comercial. Resultado ainda não concluído dos acontecimentos de caráter político, econômico, social, cultural e científico específicos de uma época em processo de transmutação. Esse processo induzira às mudanças na estrutura produtiva, comercial e social daquelas sociedades, especialmente às europeias que se faziam *timidamente* presentes em sociedades de outros continentes, inclusive nas do *Novo Mundo* a partir do século XVI. Se configuraram ainda as alterações da convivência entre as distintas classes sociais europeias: da velha aristocracia rural à nascente burguesia comercial, depois do século XVIII, industrial e ao povo em geral. Esse, considerado *gente vil*, em razão de não ter o registro oficial das suas linhagens ancestrais.

Desse modo, essa sociedade *hermética*, conseqüência natural da sua historicidade, sofre o impacto do seu esfacelamento em novas classes e/ou grupos sociais diferentes dos seus antepassados. Nela, o poder, a riqueza e o saber não se *escondem* mais exclusivamente, nas *sombras* de uma família, dinastia ou *varões providentes*, mas em toda uma complexidade de classes ou grupos de classes produtoras (patrões e empregados de modo geral). Da "(...) *outra ala que a esta corresponde*" (cf. Os Lusíadas, Canto Quinto, p. 66), estão as categorias dos desocupados, mendigos, ciganos, judeus e árabes pagãos, africanos escravos senhoriais, pícaros, degredados, peregrinos, inclusive alguns índios que para lá já tinham sido levados e demais parasitas errantes e fétidos como os que lotavam as ruas e as praças de Lisboa. A circulação dessa

---

*limites aos séculos XVI/XVIII, mais embora, conforme será visto depois, a própria cronologia do Mercantilismo oferece certas divergências* (Cf. Falcon, 1982, p. 24).

<sup>35</sup> Este imaginário, segundo Sérgio Buarque de Holanda, fixou-se na sociedade americana até aproximadamente o final do século XVIII, e na sociedade brasileira continua presente ainda nos dias atuais, onde é normal escutarmos a expressão "porque me ufano do meu país". Op. Cit. p. XXII.

gente pelas ruas praças do Rossio, Ribeira etc., onde se localizavam à Corte e demais residências nobres, fora proibida por D. Manuel, certamente pressionado por aqueles que

(...) *Estavão pelos muros temerosos,  
E de hum alegre medo quasi frias,  
Rezando as mais, irmãs, damas & esposas,  
Prometendo jejuns, & romarias:  
la chegão as esquadras bellicosas,  
Defronte das imigas companhias,  
Que com grita grandissima os recebem,  
E todas grande duvida concebem.*  
(Os Lvsiadas, idem, ibidem)

E ainda para se ter uma melhor percepção sobre a passagem dessa sociedade *hermética* à *sociedade dinâmica* ou de *classes*, deve-se considerar entre vários aspectos, um fenômeno até então desconhecido na civilização humana e que economistas clássicos denominaram de Mais-Valia. A partir do momento em que esse fenômeno começa, de fato, a se materializar no universo do conhecimento e do consumo, *encarnam-se* nele o estabelecimento das medidas monetárias de valores. E essas medidas são ilimitadas e se fazem presentes tanto nas coisas materiais, tais como bens de capital ou de produção e de consumo duráveis e seus similares, quanto nas imateriais (idéias, saberes, sacerdócio, representações imagéticas, informações etc). Nesse processo, a sociedade passa a consumi-los por meio da transação, da troca da coisa em si com a moeda esta não mais como um símbolo, mas sim como equivalência, como valor monetário. Desse modo todas as espécies de naturezas material e imaterial ou abstrata, assumem a forma geral do valor (Marx, O Capital, 1995, 4 volumes).

Desta forma, esses bens materiais e imateriais deixam de ser exclusivos daquela sociedade anterior e *hermética*, e passam a circular pelos demais segmentos da *nova* sociedade de classe ainda em constituição e em permanente processo de transmutação. Entre as coisas imateriais ou abstratas, destacam-se as diferentes formas de saberes mediante às suas diferentes representações. Essas, por sua vez podem estar nos estoques materiais de dados, os quais processam sucessivamente na mente humana outras diferentes representações de saberes. Tomando, por exemplo, a concepção heideggeriana do Ser (Heidegger, 1968, [1992], 1958, 1978), pode-



se compreender que os saberes são exclusivos do homem, logo eles são ontológicos, têm historicidades próprias. Ainda nessa mesma direção, eles têm uma natureza comum que pode ser igual ou desigual, e cuja essência é a interação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Em razão dessa dinâmica, o processo de disseminação e/ou transmutação de saberes, observa-se também como nessa sociedade em construção (séculos XV e XVI) deu início à criação de uma outra tradição, a da imprensa. Foi através dela que se tornou possível para que “(...) *o conhecimento acumulado nos documentos, assim como na mente (...) durante uns poucos anos (...) ou um milênio (...) forneça a variável interveniente entre o domínio de uma habilidade e as operações cognitivas.* (Cf. Goody, 1987, p. 222, Apud Olson, 1997, p. 58)

A partir do fenômeno da invenção da Imprensa, à medida que o *novo homem* aperfeiçoava a técnica tipográfica, aumentava a produção do livro e dos demais materiais impressos e, conseqüentemente, a disseminação dos saberes no âmbito do continente europeu. Desse modo, dinamiza-se a transição da palavra oral para o da escrita e “(...) *o mundo se torna um livro de mistérios a ser decifrado com a ajuda do Livro e dos livros*” (cf. Chauí, Apud Novaes, 1998, p. 482). E Portugal, dado a sua condição de potência hegemônica européia de então, não fica alheio a esse fenômeno e instala a sua primeira tipografia, exatamente no mesmo ano (1498) em que D. Manuel envia o cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira e o cartógrafo Lopo Homem na expedição secreta para verificação e/ou descrição da linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Certamente, a substituição gradual da palavra manuscrita pela impressa, vai ter interferência direta no comportamento cognitivo português naquele *promissor* início da modernidade seiscentista.

Diz Guinzburg que o que tornou possível estudar um caso como o de Menochio (tema por ele tratado no livro *O Queijo e os Vermes*),

*(...) foi a invenção da imprensa e a Reforma. A imprensa lhe permitiu confrontar os livros com a tradição oral em que havia crescido e lhe forneceu as palavras para organizar o amontoado de idéias e fantasias que nele conviviam. A Reforma lhe deu audácia para comunicar o que pensava ao padre do vilarejo, conterrâneos inquisidores – mesmo não tendo conseguido dizer tudo diante do papa, dos cardeais e dos príncipes, como queria.* (Cf. Guinzburg, 1987, p. 33)

Portugal não ficou alheio a esse tipo de modernização, e exemplos disso são os vários livros de crônicas e poemas, entre os quais destacam-se o *Livro da Hora* de D. Manuel, as *Ordenações Manuelinas*, o *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, as *Décadas* e a *Gramática* de João de Barros, as *Crônicas* de Damião de Góis, as *Lendas da Índia* de Gaspar Correia e as *Obras teatrais* de Gil Vicente que passaram a ser impressas.

Desta forma, entre vários outros aspectos tem a construção de uma nova e desconhecida ação/imaginação do homem na organização de outros paradigmas, de outros saberes então em ebulição. Estes novos e então desconhecidos saberes se *originavam* dos velhos conhecidos e *refratários* saberes medievais. Ainda no âmbito deste novo ambiente cultural, acrescenta-se o papel desempenhado pelas reformas religiosas e pelas sistemáticas mudanças nos saberes científicos e artísticos em alguns países do Velho mundo, em particular no Portugal manuelino que se destacou, especialmente, nos campos da cartografia, da literatura, da arquitetura e das crônicas nobiliárquicas. No âmbito dos saberes cartográfico e no da profissão de marear no século XVI, Portugal se manteve ainda por algumas décadas mantendo um pequena liderança. Observa-se, dessa forma, segundo Cassirer (1995, pp. 65-514, v.1), a passagem, ou transmutação dos saberes medievais para aqueles em ebulição. Cassirer faz uma diferença sutil, ao mostrar que

*(...) la ciencia y el arte, la metafísica y la historia se mantienen unidas y, al mismo tiempo vinculadas entre si por el nexo común y exclusivo que todas ellas guardan com el interés religioso. (...) Ahora, bajo el Renacimiento, aparecen separadas, cada una de ellas com su propia sustentavidad, adquirindo su propio fundamento e girando separo en torno a su propio centro. Pero com la circunstancia característica de que todas estas corrientes y manifestaciones del espíritu, por muy independientes que sean en cuanto a su origen, se agrupan inmediatamente en unidad, al proyectarse todas ellas hacia una meta común. Los resultados de la trayectoria del pensamiento no se plasman, ahora, en una fórmula teórica general, sino que cobran cohesión en la unidade de una ordenación concreta de vida. (Cf. Cassirer, 1995, p.108)<sup>36</sup>*

<sup>36</sup> “(...) a ciência, e a arte, a metafísica e a história se mantinham unidas e, ao mesmo tempo, vinculadas entre si pela vinculação comum e exclusivo que todas elas guardas com o interesse religiosos. Agora, sob o Renascimento, aparecem separadas, cada uma delas com sua própria sustentabilidade, adquirindo seu fundamento próprio e girando separado em torno do seu próprio centro. Mas com a circunstância característica de que todas estas correntes e manifestações do espírito, por muito independentes que sejam enquanto a sua origem, se agrupam imediatamente em unidade, ao projetar-se todas elas em direção de uma meta comum. Os resultados da trajetória do pensamento não se modela, agora, em uma fórmula teórica geral. Tradução de Geraldo Prado.

No que diz respeito à questão místico-religiosa do início do século XVI europeu, destaca-se o surgimento de vários movimentos, tanto os de origens popular e camponesa de caráter messiânicos, quanto os de caráter nobre e burguês. Reforma, Inquisição e movimentos camponeses de caráter messiânico, expandiam-se em quase toda a Europa Ocidental. Engels diz que neles estão presentes o caráter da luta de classe e classifica-os, quase que mecanicamente — em particular o liderado por Thomas Müntzer<sup>37</sup> —, em três categorias específicas: “(...) o católico ou reacionário, o luterano, burguês reformista e o revolucionário” (Cf. Engels, [1975], p. 49). Justificando a sua análise, vê-se que no discurso de Engels, em relação ao processo de transição medievo-renascença, tem alguns enunciados regedores relativamente simplórios.

É bem verdade, que a política econômica dos Estados feudais-ecclesiásticos, autoritários e servis, enfrentavam um processo ambíguo. No campo da agricultura, que era a principal base produtiva do sistema feudal da Europa Ocidental, “(...) durante os primeiros decênios do século XIV, o preço dos cereais atingiu níveis particularmente elevados, de forma que valia a pena dispendar muito trabalho e dinheiro nas culturas cerealíferas”. (Cf. Van Bath, [1984], p. 180). Embora esta obra em comentários esteja lisonjeada da questão política de um modo geral, aponta ainda para um outro ponto que é muito pertinente a uma melhor compreensão da referida questão. Trata-se do processo de mudança da estrutura do saber agrário em algumas partes desse

---

<sup>37</sup> Cf. ENCYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL JACKSON. Verbete Thomas Müntzer, p. 7667. *Um dos chefes do anabatismo do século XVI, n. em Stalberg no Harz em 1490 e m. em Frankenhausem em 1525. Depois de uma juventude esturdiada [extravagante], foi nomeado pregador em Zwickau. Ligou-se às doutrinas de Lutero, mas achou-as insuficientes, amotinando o povo, e tendo que fugir (1521). Depois de uma estada em Praga, dirigiu-se a Wittemberg, em que os profetas de Zwickau pareciam triunfar; mas tendo Lutero tomado a supremacia, teve que retirar-se da cidade e fixou a sua residência em Altesdt na Thuringia, como pastor evangelico. Descobriu-se que elle fundava em diversos lugares impressas secretas, de onde saiam pamphletos de uma virulencia extrema, que organizava uma sociedade que tinha por fim a extirpação do catholicismo e a abolição do poder civil. Expulso de Altesdt, dirigiu-se a Muhlhausen na Thuringia estabeleceu aí o governo democratico, foi á Basileia, onde foi recebido por OECOLAMPADO (1524), reatou as relações com os anabatistas da Suissa, e percorreu a Allemanha meridional pregando a revolta. Poz-se á frente de 40.000 homens; estes bandos foram repellidos pelo exercito dos príncipes em Frankenhausem em 1525. Müntzer foi reconhecido, preso, submetido a interrogatório, e decapitado com vinte e quatro cumplices. Müntzer foi o primeiro que substituiu o latim pela allemão na liturgia.*

continente no século XIV, tal como o uso rotativo do cultivo da terra.

Resumindo a sua exposição, no caso do cultivo intensivo:

*(...) as terras não ficam em pousio de três em três anos, mas sim de quatro em quatro, de cinco em cinco, ou ainda de seis em seis. Esta redução do pousio não está necessariamente relacionada com o cultivo das forragens. Também se podia alcançar esse objetivo aplicando maiores doses de estrumes. Durante o ano do primeiro pousio, cultivavam-se geralmente leguminosas para a alimentação humana e para pastos dos animais. ( Van Bath, [1984], p.181.)*

Mas toda essa parte da Europa, inclusive Portugal, então nação pioneira no ramo comercial de especiarias, ouro e prata, os saberes agrários permaneciam estagnados. No setor agrícola, diz Van Bath que foi a Espanha quem mais se desenvolveu, pois esta tinha

*(...) nos fins do século XV, a criação de gado ovino atingiu o zênite do seu período de esplendor, mas, por volta de 1515, começou a crescer a procura de produtos agrícolas, especialmente a de cereais. E provável que o fenómeno esteja relacionado com o abastecimento dos barcos que partiam para longas viagens, seguindo as rotas marítimas recém-descobertas. Levantam-se resistências à organização dos criadores de gado (“Mesta”) e procede-se ao alargamento das áreas arvenses através de novos arroteamentos [cultivo de terrenos incultos]. (Cf. Van Bath, [1984], pp. 147-148)*

Nos demais países dessa região da Europa, a agricultura começa a apresentar os seus sinais de crises em razão do crescimento de setores industriais urbanos importantes, tais como os de “(...) ferro, papel e têxteis durante toda a depressão feudal”, (Anderson, 1995, p.17). Essa transição exibia os expoentes de uma nova *liberdade* ainda desconhecida em detrimento daquele velho e conhecido “(...) complexo de “liberdades” medievais [que] apresentava uma perspectiva particularmente refratária à construção de um absolutismo centralizado.” (Cf. Idem, p. 63) E nesse processo de transição do século XV para o XVI, abriam-se as fronteiras de um novo mundo, de um novo Estado e de um novo homem.

Integrado à dinâmica dessa modernização no processo produtivo, dinamiza-se também o da disseminação dos saberes pela sociedade europeia. Mas essa só a dominou a partir do momento em que ela foi de forma lenta e gradativa se libertando da herança milenar do pensamento escolástico medieval. Isso é, com a ascensão do capitalismo industrial no século XIX. Mesmo assim, não em sua totalidade, pois, de modo geral os micros, pequenos, médios e alguns grandes segmentos da produção agrícola

continuam, ainda nos dias atuais, em uma parcela significativa de países, enfrentando sérios problemas de caráter conjuntural. Estes casos foram muito bem apresentados por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva no seu livro *Terra Prometida*.

E assim, nessa sociedade em transição acumulavam-se problemas das mais diferentes ordens. Engels ressalta, conforme anunciado adiante, a importância dos movimentos camponeses, em particular o liderado por Thomas Müntzer (1490 – 1525), na Alemanha e com repercussão fora das suas fronteiras nos anos de 1524/25. Discípulo dissidente de Lutero, Müntzer<sup>38</sup> incorpora na sua seita alguns princípios da nascente doutrina protestante, tais como o de rejeitar o batismo de crianças em templos católicos e rebatizar os seus seguidores e adeptos. No livro *As Guerras Camponesas na Alemanha*, Engels tece comentários altamente elogiosos à atuação político-revolucionária de Müntzer atribuindo-lhe, inclusive, as qualidades de líder revolucionário, comunista e ateu, ao dizer que

(...) *A sua doutrina política deriva directamente do seu pensamento religioso revolucionário e antecipava-se à situação social e política da sua época da sua época, tal como a sua teologia se antecipava às idéias e conceitos correntes. Se a filosofia religiosa de Müntzer se aproximava do ateísmo, o seu programa político tinha afinidades com o comunismo; muitas seitas comunistas modernas em vésperas da revolução...* (Cf. Engels, Op. cit. p.66)

Analisando com detalhe o discurso de Engels nessa obra, vê-se claramente um certo *deivarismo* desse autor em relação ao líder principal do movimento por ele analisado. Exalta, *exageradamente* o papel desempenhado por aquele líder, personagem do seu livro, ao ponto de fazer afirmações como as acima citadas. Este comportamento de Engels, não deixa de causar uma certa *perplexidade*, considerando que foi, ao lado de Karl Marx, o teórico da doutrina do materialismo histórico-dialético. Esta corrente de pensamento, cuja síntese está na *Introdução e no Método à Crítica da Economia Política* de Marx (1982, pp. 4-27) e em sua obra principal, *o Capital* (1995). Marx formula os fundamentos teóricos e científicos dessa doutrina através da práxis, o que

---

<sup>38</sup> Um estudo clássico sobre este aspecto e que analisa, de forma coerente e racional, contrário ao que apresenta o livro de Engels, é o texto de SHAUB, Marianne. *Thomas Müntzer: A Nova Imagem de Deus e o Problema do Fim da História*. In: CHÂTELET, François. *A Filosofia do Mundo Novo (Séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Tradução de Jorge Alexandre Faure Pontual.

significa ser o conjunto das atividades humanas o criador das relações fundamentais à existência da sociedade. Assim, entende-se que essas relações se compõem da interação entre o concreto, a prática social (o sujeito do conhecimento, o ser que existe não apenas em si, mas para si), e o real caótico ainda no nível do pensar, ou seja, o objeto do conhecimento.

A partir dessa conjectura, se produz o conjunto do conhecimento sobre a historicidade da sociedade. Se tomar por base esses fundamentos teóricos, percebe-se que ações do tipo das praticadas por Müntzer — e de vários outros personagens com esse mesmo perfil —, são inversas às apresentadas por Engels. Aliás, para se perceber que as atitudes de Müntzer eram o reverso do afirmado pelo seu *idólatra*, não se precisa nem mesmo recorrer à doutrina referida. Qualquer corrente filosófica que tenha o mínimo de senso de racionalidade sobre a interpretação da realidade verá que a ação de Müntzer, assim como as de outros personagens similares, não foi a de pregar o ateísmo, a negação da existência de Deus e nem tampouco do comunismo, mesmo que fosse em suas formas mais primitivas.

O que Müntzer pregava — e isto está nas páginas do próprio Engels (p.64 e passim) — era o paganismo, o que é totalmente diferente do ateísmo, embora isto não faça diferença na concepção do referido autor. Pela leitura do livro de Engels, parece que ele não conseguiu perceber, de fato, que o anabatismo se diferenciava do protestantismo e do catolicismo, pela fato de reforçar o *panteísmo* (Deus é a soma de todas as coisas, porque estas dependem da vontade Dele) — segundo o que está mais explícito no discurso do Velho Testamento — no Novo, a soberania absoluta de Deus começa a se diversificar com outros poderes menores, como as dos santos e, principalmente, a de Jesus Cristo que se tornara, dentre os estudos da acerca da constituição e da vida dos santos (hagiografia), o mais importante e foi também o único dos *deuses secundários* mantido pelo protestantismo.

Um outro aspecto do Novo Testamento, e que também não foi seguido por essa seita, refere-se ao conceito de inferno, do diabo e do Espírito Santo, que não aparecem claramente no Velho Testamento. Müntzer, nas suas pregações, *excitava* os seus seguidores com a vinda de um *Novo Mundo*, do

reino da liberdade e da igualdade, um mundo que se identificassem com aquele enunciado pelo discurso do Velho Testamento. E tomando para si esse discurso, Müntzer liderou aquele movimento composto por multidões de seguidores, em sua maioria absoluta camponeses miseráveis, sobreviventes de uma agricultura alemã também miserável. Diante desse quadro, esse líder fanático, porém carismático, conclamava esses pobres a se rebelarem contra os ricos do seu país, pois este seria o único meio de se concretizar o seu reino da igualdade. E esse reino viria de qualquer forma, pois essa era a vontade de Deus para com os seus filhos na Terra, conforme está escrito no livro Gênesis. E esse reino não é outra coisa, senão aquela definição das Sagradas Escrituras sobre o *Quinto Império do Mundo*, ou o verdadeiro *Paraíso Terrestre*.

De qualquer modo, o movimento liderado por Müntzer, ao tomar a dimensão que teve na época, provocara a ira das camadas hegemônicas européias (príncipes, reis fidalgos burgueses e demais membros da nobreza), assim com a do próprio Lutero. Esse, em uma parte do livro de Engels (pp. 47 – 105), condenava todos aqueles manifestantes à morte, por estarem instigados pelo Demônio, pois esse passou a ser considerado, sobretudo a partir do Novo Testamento, como estimulador da violência e provocador de Deus.

Quanto à Inquisição, D. Manuel, o *príncipe sangüíneo*, também já praticava uma espécie de Inquisição causal<sup>39</sup> em Lisboa. Sobre este aspecto, tem-se o exemplo dos massacres e queimas de judeus e pecadores em praça pública, como os que aconteceram em Lisboa, em pleno reinado de D. Manuel, em 1497 e em abril de 1506. Sobre o primeiro “(...) *dois mil cristãos novos*, os



<sup>39</sup> Existe uma infinidade de estudos sobre este tema, mas é, sem dúvida, o de Alexandre Herculano, citado na bibliografia, o pioneiro que já se tornou clássico e se transformou no principal ponto de partida para os estudos que vieram posteriormente.

*judeus forçados à conversão ao cristianismo*

**Figura 55. A Inquisição<sup>40</sup>**

*em 1497, perderam a vida nesses motins, muitos deles queimados no Rossio (...)* (Cf. Zimler, 1997, pp. 9 – 10)

Neste livro,<sup>41</sup> que é um testemunho de época sobre tais acontecimentos e sobre o comportamento de D. Manuel em relação a esses acontecimentos, o autor diz na sua *Nota*:

*(...) Em dezembro de 1496, quatro Anos depois de expulsarem do seu reino todos os judeus, os soberanos da Espanha, Dom Fernando e dona Isabel, convenceram o rei de Portugal, Dom Manuel, a fazer o mesmo. Em troca, os monarcas espanhóis concediam-lhe em casamento a mão da sua filha. Pouco antes de a ordem de expulsão ser aplicada, Dom Manuel, que não queria perder tão precisos súditos, decidiu converter os judeus portugueses. Em março de 1497, mandou fechar todos os portos de embarque e ordenou que se reunissem todos os judeus e os conduzissem à força à pia bastimal. Embora os relatos que chegaram até os nossos dias refiram-se a judeus que preferiram se dar a morte e matar os seus filhos a converterem-se, a maioria terminou sendo forçada a aceitar Jesus como o Messias. Apelidados de cristãos-novos, foram-lhes dados vinte anos para abandonarem os usos judaicos tradicionais, promessa que veio a se revelar falsa ao longo das duas décadas de intolerância e perseguições que se seguiram. Mesmo assim, muitos dos cristãos-novos persistiram em suas crenças. Em segredo e ao preço de riscos enormes, continuaram a recitar suas orações hebraicas e a praticar seus rituais, sobretudo os dos Sabat e das festas judaicas. Um desses judeus clandestinos era Beraquias Zarco, o narrador de O último cabalista de Lisboa. (Cf. Zimler, 1997, p. 19)*

No campo das idéias político-religiosas Linhares e Silva (1998, p.2), analisam à Reforma Protestante, dizendo que “(...) *Martinho Lutero, Calvino e seus vários diferenciados seguidores, (...) romperam o poder exclusivo do Papado sobre a Igreja Católica Romana*”. Nesse período começou a surgir em Portugal a idéia de um *Quinto Império do Mundo*, muito sonhada por alguns autores portugueses que se tornaram clássicos. O primeiro deles foi o *exaltado messiânico* da vila de Trancoso, na região da Beira, chamado Gonçalo Annes Bandarra (1500-1550).<sup>42</sup> Este sapateiro e poeta escreveu Trovas que “(...)

<sup>40</sup> Figura 55. A Inquisição. Quadro de Velazque. Museu do Louvre, Paris. Foto de Tine Lykke Prado, julho de 1996. Máquina fotográfica digital EPSON, 600 dpi.

<sup>41</sup> Na apresentação o autor diz que este livro é a organização de um manuscrito de um cristão-novo português de nome Berequias Zarco.

<sup>42</sup> Dos três autores citados, Bandarra é o menos conhecido. “*Foi poeta popular, autor de trovas que parecem profetizar, em linguagem tão incorreta como obscura, graves sucessos políticos e, entre outras coisas, o regresso de D. Sebastião* [nasceu em 1554, aos três anos de idade (1557) sucedeu o seu avô no trono e morreu (?) c. de 1580].. Voltando ao Bandarra: “*perseguido pelo Santo Officio, foi colocado em cadafalso durante o auto de fé de 1541, e ahi leu uma recontratação do que escrevera, escapando, só assim, à fogueira inquisitorial. Muitas das trovas profeticas atribuídas a Bandarra, são apócrifas e foram compostas ulteriores, para fins políticos. Em 1640, quando Portugal se libertou se libertou do julgo hespanhol, as trovas de Bandarra, em que se profetizava a independência nacional, tornaram-se célebres entre os*



*estariam confirmadas pelos sucessos da Restauração portuguesa e pelas ações patrióticas de D. João IV*". (cf. Bosi, 1998, p. 18), é seguido pelo Padre Antônio Vieira (1608-1697), que em sua *História do Futuro*, critica os governantes portugueses daquela época, ao dizer que

*(...) os povos não se cansam com os subsídios e contribuições, porque sabem quanto maiores e mais pesadas são as que se pagam em Castela para as conquistar, do que eles em Portugal para se defender. Vêem o fruto de seus trabalhos e supres, e que concorrem com eles para o estabelecimento e honra da sua Pátria, e não para cobiça de ministros e exactores estranhos. (Vieira, [1992], p. 110)*

E por fim, tem-se o poeta Fernando Pessoa (1888-1935), no poema *O Quinto Império do Mundo*, que da mesma maneira exalta um sonhado Portugal futuro e não mais peninsular, o qual, por muitos séculos enfrentou situações complexas. De um lado, com grande parte da sua riqueza acumulada em Lisboa e em mais dois ou três *condados* monopólio da própria Coroa ou propriedades dos comerciantes, em sua maioria judeus convertidos em cristão novos, pois assim escapariam da *fogueira* da Inquisição. Por outro, lado, a maioria absoluta da sua população rural<sup>43</sup> vivia de uma economia agrária em precárias condições e sem a mínima atenção por parte do Estado. Este, só se voltava para essa população para cobrar-lhe impostos e impor-lhe o catolicismo e não dava a mínima atenção para o problema do analfabetismo da população, em particular a do meio rural.

Mesmo considerando essas condições, os estudos históricos sobre esse país não se aprofundaram em pesquisar, além dos movimentos de perseguição aos Cristãos novos fortalecidos durante o reinado de D. Manuel, a existência de movimentos messiânicos e/ou fanáticos nas proporções do liderado por Müntzer. Além das pregações de Bandarra que por isso chegou a ser condenado pelo Tribunal do Santo Ofício, em 1541, e se salvou da fogueira inquisitorial no Auto-de-fé, após ler em voz alta em praça pública a retratação que escreveu. Da mesma forma, o protestantismo também não teve nenhuma consistência em Portugal, embora Damião de Góis tenha traduzido para a Língua Portuguesa a obra de Calvino, de quem fora colega na Universidade da

---

*patriotas portugueses. Os versos do sapateiro de Trancoso chegaram até aos nossos dias bastante adulterados. (Cf. Lello Universal, s/d, p. 246, verbete Bandarra)*

Basiléia. No conjunto das mudanças européias, especialmente as de caráter econômico, Portugal já vinha há mais de cem anos navegando na *direção* da modernidade tecnológica para a conquista dos setes mares: o Mediterrâneo, o Índico, o Pérsico, o Árábico, o do Norte, o Vermelho e o Atlântico, .

---

<sup>43</sup> Sobre a origem da agricultura e da vida rural portuguesa, um bom ensaio-síntese é o de António Sérgio na primeira parte dos seus Ensaio VIII.

#### 4.1.1.1.2 Manifestam-se “as reações sangüíneas do passado transcendental” de D. Manuel I

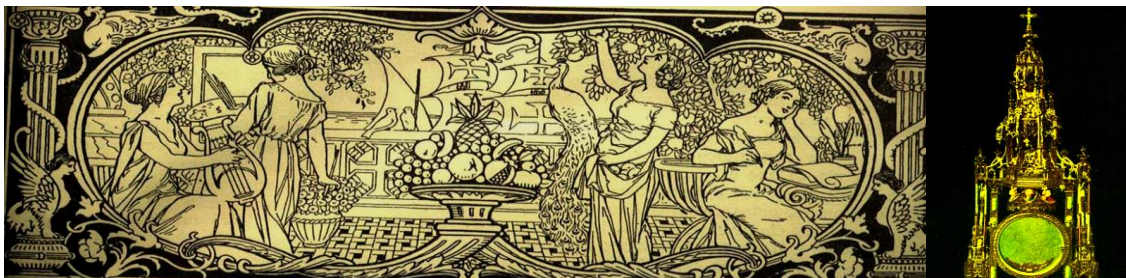


Figura 56 Representação simbólica e Custódia da era manuelina<sup>44</sup>

Começa assim a prosperar em Portugal, já desde os idos de 1234, o seu reconhecimento de país destinado à modernidade, provocada pela *índole guerreira, natural do seu povo*, expressão esta celebrizada por eruditos varões previdentes e que passou a fazer parte do cotidiano do imaginário popular. Essa índole guerreira já havia sido reconhecida e consagrada pela *Bula papal de Gregório IX, e dedicada a todos os cristãos de Portugal*. Diz o referido papa:

*(...) Que se alegra no Senhor e se deleita em seus louvores, porque, prosseguindo a Sua causa em terras de Espanha, afugentou e afugenta os sarracenos da presença dos fieis para que amplie o culto do nome divino e os povos recebam a semente da Igreja e habitem as cidades desertas.*

*E sendo necessário manter naquelas partes um auxilio quase permanente para conservar as terras ultimamente conquistadas e para a conquista de outras, o ilustre Rei de Portugal, considerando que tal esforço conduz à salvação eterna os que nele se empenham, prepara-se para ele magnificamente, como convém.(...) Que ele, Pontífice, confiado na misericórdia de Deus Onipotente e dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo, e por aquele poder que imerecidamente lhe foi conferido de ligar e desligar, a todos os que pessoalmente partiram para aquela campanha com o dito Rei ou com o seu exército, concede pela presente bula, que será válida por quatro anos, a mesma remissão de pecados que no concílio geral foi concedida aos que partem para a defesa da Terra Santa.*

*Dada em Perusa, em 12 das calendas de Novembro, no 8º ano do seu pontificado.*

*Sumar, em 111, IX, 121,; e em 113, 16, n.º 106.*

*Bulas, m.º 136, n.º 19. Orig.). (Cf.. Silva Marques, 1944, pp.2-3)*

Este reconhecimento servia de ponto de partida para revelar o passado transcendental de D. Manuel. Este lado é o que havia de ser louvado, não especialmente em uma data específica mas, se possível, eternamente,

<sup>44</sup> FIGURA 56. representação simbólica e Custódia da era manuelina. In: Malheiros Dias, op. cit. p.3.

pois ele recebera dos seus antecessores o dom de Deus, reconhecido pela referida Bula que determinou aos portugueses o culto da vitória nas guerras e nas conquistas de outras terras em qualquer parte do universo. E por isso era importante revelar o seu passado, visto que, para

*(...) Quem considerar o Reino de Portugal no tempo passado, no presente e no futuro, no passado o verá nascido, no presente ressuscitado e no futuro glorioso; e em todas estas três diferenças de tempos e estados lhe revelou sempre Deus e mandou interpretar primeiro os favores e as mercês tão notáveis como que o determinava enobrecer; na primeira, fazendo, na segunda restituindo-o, na terceira, sublimando-o". (Cf. Padre Antônio Vieira. História do Futuro, p. 72)*

E essa sublimação recaía em D. Manuel por ter atingido o grau mais elevado na escala dos descobrimentos e navegações e nos feitos e efeitos dos valores morais, intelectuais ou estéticos — o estilo manuelino na arquitetura e nas artes de um modo geral — quase que insuperáveis, se comparando ao de seus antecessores. Os seus triunfos foram reconhecidos e louvados postumamente por João de Barros no discurso de louvação — panegírico de D. João III — ao pronunciar as seguintes palavras:

*(...) Assim que claro se vê quanto mais próspero é o estado presente que os dos tempos atrás, o que ainda foi mais notório, reinando o muito virtuoso D. Manuel, vosso pai, de bem aventurada memória, e assim agora é o tempo de Vossa Alteza, cujo glorioso reinado tanto amor, honra e preço dá a Portugal, quanto a glória de seu regimento e conquista tem, excede a fama e memória dos seus antepassados. Qual príncipe, não digo eu de Portugal, mas da Europa, triunfou da Etiópia, da Arábia, dos Persas e dos Índios, descobrindo tanto mares, tantas ilhas, deu tantas terras não conhecidas ao mundo? Qual príncipe converteu à Fé de Cristo tantas províncias, tantas multidões de almas, cuja bem aventurança não pode deixar (deixar) de ser comunicada com a causa dela? Qual príncipe com suas vitórias e triunfais armadas rodeou o Mar Oceano, passou os termos e limites da navegação geral, alcançou tão grande fama na derradeira parte do Oriente, foi tão temido de reis poderosos e senhores tão apartados, finalmente fez conversáveis aos Cristãos com as nações do nosso Ponente? (poente). (Cf. João de Barros, Apud Tarracha Ferreira, p. 301)*

Pelas palavras de João de Barros, outro cidadão para amar sua pátria igual ao seu rei louvado não houve, não havia e nem haveria. Nem mesmo o seu contemporâneo Bandarra que

*(...) Não foi nem santo nem herói,  
Mas Deus sagrou com Seu sinal  
Este, cujo coração foi  
Não português mas Portugal.*  
(Cf. Fernando Pessoa, O Bandarra, 1998, p. 83)

E o rei D. Manuel cresceu, prosperou e modernizou seu Portugal, mas mesmo assim não o salvou da Inquisição que fora instituída oficialmente

em Verona, Itália, em 1183 e fundamentada nas declarações de Santo Agostinho (354-430), sobre a “(...) *necessidade do uso da violência e inclusive do extermínio físico ao herege*”. (Cf. Grigulevitc, 1990, p.65). Todavia, a Inquisição só foi instituída, de fato, em Portugal, com a assinatura da bula de Clemente VII, em 17/12/1531, no reinado de D. João III. No princípio, esse rei que era “(...) *ávido de dinheiro e um fanático cruel e pérfido*”, (Idem, p. 296) não estava muito consciente sobre o resultado que ela poderia provir a Portugal. Na realidade, esse foi apenas um ato de oficialização, pois, antes mesmo de assumir o trono, o seu pai já havia acordado com os reis católicos da Espanha a assinatura de uma “(...) *aliança antifrancesa e expulsar os seus judeus e os judeus espanhóis*” (idem, p. 295) do seu território.

Como dote por esse acordo, D. Manuel recebera por esposa a recém-viúva D. Isabel, filha daqueles reis que eram radicalmente favoráveis à Inquisição. E assim as duas Coroas ibéricas continuaram preservando os laços sangüíneos e a defesa da Inquisição ainda por muito tempo. Por exemplo, D. João III, quando rei de Portugal, casara-se com a sua tia, D. Catarina,

*(...) irmã do imperador Carlos V, fervoroso partidário da Inquisição, que tinha atraído a Lisboa muitos dominicanos”. Por seu turno, Carlos V casou-se com a princesa Isabel [sua sobrinha, filha da sua irmã com o mesmo nome e viúva de D. Manuel], (...) ao qual devia levar ao seu esposo um dote de 800.000 cruzados. Esta soma foi o povo português que teve de pagar. Nesse sentido, D. João III convocou as Cortes, que lhe permitiram estabelecer novos impostos até um montante de 150.000 cruzados; se aconselharam-no também que o restante fosse pago pelos “cristãos novos” e, para que se tornassem mais “compreensivos”, que o rei instituisse a Inquisição.” (Idem, p. 296)*

E dentro desse jogo de interesse *comercial-financeiro-sangüíneo*, oficializa-se a Inquisição em Portugal. A herança escolástica *usufruída* de uma certa magia que é própria da linguagem de qualquer corrente religiosa. Essa magia ainda se fazia muito presente em parcelas significativas daquela população *confinada* em tradicionais e limitados espaços geo-culturais de vida material e espiritual. Portugal, segundo aparece na vasta literatura sobre a sua história, é um bom exemplo, pois ainda no início de século XVI tinha apenas Lisboa como o grande centro de agitação urbana do reino, Coimbra, Porto e Évora como centros médios e uma infinidade de pequenos aglomerados de vilas ligadas quase que exclusivamente à pequena produção agrícola e a um incipiente comércio local.

E assim, em uma forma de conclusão dessas previsões e deste capítulo, os interlocutores enunciarão a memória refletida nesse passado, entrelaçando o caráter de brandura às realizações pessoais do referido monarca em ação. Ação essa, cuja tradição herdada desde os tempos do Mestre de Avis não era o saber agrário, mas sim, o comércio de especiarias (entre o qual se incluía a humana, os escravos), a expansão marítima, o ato da guerra justificado pelo cumprimento dos destinos que lhes foram ofertados por Deus. Da mesma forma, encarregar-se-ia o tempo de continuar enriquecendo o passado transcendental de D. Manuel I, produzindo uma galeria de varões previdentes do passado, presente e futuro de Portugal. Esses não só faziam previsões, mas conquistavam mares, céus e terras conhecidas ou desconhecidas, habitadas ou desabitadas não importando que fossem ilhas ou continentes, tradição essa que vinha dantes mesmo dos tempos reinantes de



Figura 57. Retrato de D. João I<sup>45</sup>

D. João I, e assim intitulando no **ensaio** a seguir: *Reciprocidades entre o passado transcendental dos saberes agrários brasileiros e os laços sangüíneos de D. Manuel.*

<sup>45</sup> Figura 57. Retrato de D. João I. Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, [1980], entre p. 16 e 17.